

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CRISTIANA MAGLIA

O SAARA COMO UMA NOVA FRONTEIRA PARA O TERRORISMO

Porto Alegre

2013

CRISTIANA MAGLIA

O SAARA COMO UMA NOVA FRONTEIRA PARA O TERRORISMO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2012

CRISTIANA MAGLIA

O SAARA COMO UMA NOVA FRONTEIRA PARA O TERRORISMO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quédi Martins
UFRGS

Prof. Dr. Fábio Costa Morosini
UFRGS

Dedico aos meus pais, Tere e João, por todo o amor do mundo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, à Faculdade de Ciências Econômicas e ao Departamento de Economia e Relações Internacionais pela excelência acadêmica proporcionada, que reafirmou a minha crença em um ensino público de qualidade como ação transformadora do indivíduo e da sociedade. Pessoalmente, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Visentini por, além de me apresentar a vida acadêmica na disciplina das Relações Internacionais, ter demonstrado constante apoio na minha formação intelectual e pessoal ao longo de toda a minha graduação e por, na orientação deste trabalho, compartilhar sua percepção sobre o mundo. Ainda, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Dario Teixeira Ribeiro pelos anos convívio no NERINT, que consistiram em estímulo e um exemplo na minha formação. Também agradeço ao Prof. Dr. Henrique Castro pela sempre disposta ajuda ao longo desse importante ano.

Gostaria de agradecer à minha família por todo o apoio e, especialmente, aos meus pais Teresinha e João Batista, pelo amor incondicional e por formar a minha base sólida. Agradeço pelo exemplo de caráter e de perseverança, e pelos ensinamentos diários nos mais diversos assuntos. Agradeço também aos meus irmãos e aos seus núcleos familiares pelo carinho. Ainda, gostaria de agradecer à outra família, que hoje também considero um pouco minha, especialmente à Clarice e à vó Suely, pelo acolhimento e pela ajuda.

Agradeço aos meus amigos, aos de sempre e aos de agora, aos de longe e aos de perto, pelas risadas e pelos afagos. À Marina, Luígia e Vinícius, agradeço a amizade e ao apoio de longa data, mesmo com a distância. Agradeço aos colegas do curso de Relações Internacionais, particularmente aos amigos que percorreram junto a trajetória que se conclui aqui, como Luíza Salazar, Gihad Soares e Thomás Dorigon. Agradeço especialmente a Alexandre Spohr, Isadora Silveira, Marcelo Kanter e Mariana Steffen pela ajuda e pela amizade nessa reta final.

Gostaria de agradecer, por fim, ao Lucas, pela nossa caminhada até aqui, pelo apoio constate para a consecução de meus e nossos objetivos e pelo amor mais lindo e sincero do mundo.

“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.”

(Karl Marx)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as razões para a identificação do Deserto do Saara como nova fronteira para o terrorismo. Governos de importantes países, a grande mídia e parte da literatura das relações internacionais têm indicado o aumento das atividades militares estatais e não-estatais no Norte da África, em especial no Saara, com o estabelecimento de bases para atividades terroristas. O presente trabalho se justifica, assim, pela importância da tentativa do esclarecimento do que vêm acontecendo no Norte da África e suas implicações para o estudo das relações internacionais. Para verificar tal correspondência, num primeiro momento, é necessário expor o debate sobre a delimitação do conceito de terrorismo e uma revisão de seu processo histórico contemporâneo. A partir desta discussão deve se trabalhar elementos internos e externos a região do Saara, que contribuam para a explicação do fenômeno problematizado em si, bem como de sua identificação com o terrorismo. O cruzamento destas revisões bibliográficas permitirá responder ao problema central deste trabalho, por meio de descrição densa do debate na literatura.

Palavras-chave: Terrorismo. Deserto do Saara. Norte da África. Mali. Argélia. Tuaregues.

ABSTRACT

This study aims to understand the reasons for the identification of the Sahara Desert as a new frontier for terrorism. Governments of important countries, the mainstream media and part of the of the International Relations scholars have interpreted the augment of state and non-state military activities in North Africa, especially in the Sahara, as the establishment of bases for terrorist activities. Hence the present work is justified by the relevance of trying to clarify the conjuncture in North Africa and its implications for the study of International Relations. To verify such a correspondence, at first, it is necessary to expose the debate on the definition of the concept of terrorism and review his contemporary historical process. From this discussion, it will be analyzed internal and external elements of the Sahara region, which contribute to the explanation of the questioned phenomenon itself as well as his identification with terrorism. The intersection of these literature reviews would address the central issue of this work, through thick description of the debate in the literature.

Keywords: Terrorism. Sahara desert. North Africa. Mali. Algeria. Tuareg.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMA – Aliança pela Democracia no Mali

AFISMA – Missão Internacional de Apoio ao Mali sobre Liderança Africana, tradução do inglês

AFRICOM – Comando dos Estados Unidos para a África, tradução do inglês

AIS – Exército Islâmico da Salvação, tradução do francês

ALN – Exército de Libertação Nacional (Argélia), tradução do francês

ANP – Exército Nacional Popular (Argélia), tradução do francês

AQIM – Al Qaeda no Magreb Islâmico

CENTCOM – Comando Central dos Estados Unidos, tradução do inglês

CIA – Agência Central de Inteligência, tradução do inglês

DRS – Departamento de Inteligência e Segurança, tradução do francês

ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, tradução do inglês

EOKA – Organização Nacional de Combatentes Cipriotas, tradução do grego

ETA – Pátria Basca e Liberdade, tradução do basco

EUA – Estados Unidos da América

EUCOM – Comando Europeu dos Estados Unidos, tradução do inglês

FIS – Frente Islâmica de Salvação

FLN – Frente de Libertação Nacional (Argélia)

FNLA – Frente Nacional de Libertação da Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GIA – Grupo Islâmico Armado, tradução do francês

GSPC – Grupo Salafista pela Pregação e Combate

GWOT – Guerra Global ao Terror, tradução do inglês

HCE – Conselho Superior de Estado (Argélia), tradução do francês

ICG – International Crisis Group

IRA – Exército Republicano Irlandês, tradução do inglês

MNLA – Movimento Nacional pela Libertação do Azawad

MSP – Movimento para a Sociedade da Paz (Argélia)

MUJAO – Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África, tradução do francês

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

PSI – Iniciativa Pan Sahel, tradução do inglês

RND – Reunião Nacional para a Democracia (Argélia)

RPM – União pelo Mali, tradução do francês

TSCTI – Iniciativa Transaariana Contraterrorismo, tradução do inglês

TSCTP – Parceria Transaariana Contraterrorismo, tradução do inglês

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTA – União de Transportes Aéreos (França)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O TERRORISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	13
2.1 Definições de Terrorismo.....	14
2.2 Breve Histórico do Terrorismo como Ação Política.....	23
2.3 Conclusão do capítulo.....	27
3 O SAARA E O TERRORISMO.....	29
3.1 O Saara como fronteira para o Terrorismo.....	29
3.2 O Saara como região.....	35
3.2.1 Mali.....	35
3.2.2 Tuaregues.....	38
3.3.3 Argélia.....	40
3.3 Conclusão do capítulo.....	46
4 GRANDES POTÊNCIAS NO SAARA: OS INTERESSES FRANCESES E ESTADUNIDENSES.....	47
4.1 O Saara e os Estados Unidos.....	48
4.2 O Saara e a França.....	53
4.3 Conclusão do capítulo.....	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática o aumento das atividades militares estatais e não estatais na região do deserto do Saara, e a sua relação, presente na literatura, com atividades terroristas. A área de aproximadamente nove mil quilômetros quadrados que corresponde ao maior deserto do mundo, o Deserto do Saara, perpassa onze países no Norte da África, a dizer, Argélia, Chade, Egito, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Saara Ocidental, Sudão e Tunísia. Tal região faz parte da dinâmica do continente africano, dos países árabes e do Mediterrâneo, se tornando bastante relevante para o estudo das Relações Internacionais. No entanto, apesar de inserido nessas dinâmicas, vale salientar que pela história, cultura e a própria geografia dos países presentes nessa região, o Norte da África possui próprias dinâmicas e que vem chamando a atenção do sistema internacional, seja com relação à Primavera Árabe em 2011, seja em relação à riqueza do petróleo.

Neste trabalho, será tratado particularmente a alegação de terrorismo na região do Saara e do Norte da África e seus determinantes, no sentido de esclarecer as atividades militares que vêm sendo observadas na área, em especial na Argélia e no Mali. Tais atividades estão associando, em parte da literatura, o Saara a um novo palco para a Guerra ao Terror, ou pelo menos a uma nova fronteira para o terrorismo. O conceito de terrorismo, no entanto, possui uma elevada carga política e pejorativa, o que exige da sua atribuição a fenômenos e atores um elevado grau de parcimônia.

O objetivo do trabalho, portanto, é compreender os determinantes do aumento das atividades militares não estatais no Norte da África e da sua correspondência com o terrorismo na literatura. Desse modo, em primeiro momento, é necessária uma delimitação do conceito de terrorismo e uma revisão de seu processo histórico contemporâneo, na tentativa de esclarecer tal ação como social e política e não somente como fruto de seu conteúdo ideológico. Ademais, há que se entenderem as características que fizeram da região do Saara espaço para grupos como a Al no Magreb Islâmico (AQMI), bem como as implicações políticas e sociais derivadas que possibilitaram seu surgimento na área. A conjunção dessas duas análises permitirá compreender o conjunto de atores envolvidos no processo e o seu conteúdo histórico. Adicionalmente, se faz necessário o entendimento das potências interessadas no fenômeno estudado e o seu papel no seu desdobramento; nominalmente, os Estados Unidos, que cada vez mais se fazem presentes no Saara, alegadamente no intuito de combater o terrorismo, e a França, histórica interventora externa nas dinâmicas da região.

A metodologia a ser empregada neste trabalho organiza-se, primeiramente, em uma extensa revisão bibliográfica sobre as diferentes alternativas explicativas sobre as atividades militares não estatais no Norte da África, objeto central desta monografia. Partindo-se da observação de que esta literatura remete tais atividades ao terrorismo, uma segunda revisão bibliográfica se faz necessária, a fim de compreender as conceituações sobre terrorismo na literatura das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. A aplicabilidade destas conceituações ao objeto desta monografia deve ser confrontada com a compreensão das dinâmicas históricas e sociais próprias da região analisada e dos interesses de atores extraregionais. A correlação entre estas revisões bibliográficas permitirá responder ao problema central deste trabalho, por meio de descrição densa do debate na literatura.

Nos últimos anos, a mídia internacional parece tentar mistificar o deserto do Saara, como perigoso e refúgio para atividades terroristas. O presente trabalho se justifica, assim, pela importância da tentativa do esclarecimento do que vêm acontecendo no Norte da África e suas implicações para o estudo das relações internacionais. É necessário um esforço para dialogar a questão do terrorismo com o aumento das atividades militares no Norte da África, além de questionar o conceito de terrorismo como uma ferramenta moral e política.

O cumprimento desta metodologia e a consecução dos objetivos expostos se darão ao longo de três capítulos. Primeiramente, se faz necessário expor o debate acadêmico sobre as delimitações do disputado conceito de terrorismo na literatura da ciência política e relações internacionais. Este esforço pautará o primeiro capítulo do trabalho. O segundo capítulo trabalha as alternativas explicativas para o objeto deste trabalho – o aumento das atividades militares não-estatais no Saara -, bem como os elementos locais do Deserto do Saara que podem auxiliar na compreensão deste fenômeno. Por fim, no terceiro capítulo, busca-se mapear os interesses estadunidenses e franceses nas dinâmicas da região para aferir suas motivações em relação a tais atividades e à sua identificação com o terrorismo. Destes passos analíticos, pretende-se obter um quadro de entendimento das possibilidades explicativas para a temática deste trabalho e para sua identificação com o terrorismo.

2 O TERRORISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A aproximação com o objeto deste trabalho monográfico revela uma recorrente e divergente relação com o tema do terrorismo, no intuito de buscar explicações para o aumento das atividades militares estatais e não estatais no Norte da África. Deste modo, se faz necessária a revisão das diferentes alternativas de definição do terrorismo, tomando como base questões relacionadas às áreas de ciência política e de relações internacionais. Para os fins do trabalho, é importante observar que o objetivo da revisão da bibliografia sobre o terrorismo visa a alcançar uma definição que leve em consideração os fatores políticos da ação terrorista evitando pressupostos morais.

Não se pode deixar de enfatizar a importância do episódio do 11 de setembro¹ para a questão do terrorismo, sendo esse evento os maiores atentados terroristas até então presenciados, e em uma perspectiva política, considerado por muitos, o início do século XXI. Dessa forma, para Visentini (2012a, p. 93),

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2011, a expressão ‘terrorismo’ passou a integrar a linguagem cotidiana em todo o mundo. Contudo, trata-se de um termo empregado de forma ampla e inadequada, com fortes conotações políticas. Assim, tem sido objeto de manipulação, para justificar uma nova agenda internacional. O terrorismo não constitui um fenômeno novo na história e ressurgiu em épocas de crise.

Ainda, para o autor, a indústria cinematográfica dos Estados Unidos vem estereotipando árabes como terroristas desde o evento mais marcante do pós-Guerra Fria. Dessa forma, em consonância com o trabalho, é ressaltada a necessidade de utilizar cautela ao falar do tema, para chegar ao objetivo de dissociar o terrorismo de uma questão moral, ou no seu tratamento como subproduto do fundamentalismo islâmico, como propagado pelos diversos meios de comunicação. Ademais, no trabalho, será apresentado um breve histórico do terrorismo, pela consideração de que há mudanças de definição, conforme ocorrem os eventos históricos.

¹ Em 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais foram sequestrados por terroristas da rede Al Qaeda, com a intenção de alcançar diferentes alvos em solo norte-americano. Dois deles colidiram com as Torres Gêmeas do complexo World Trade Center, na cidade de Nova York, e uma das aeronaves com a base do Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O quarto avião caiu em um campo no estado da Pensilvânia, sem atingir seu alvo. Houve um total de 3.234 mortos.

2.1. Definições de terrorismo

Para Visentini (2012a, p. 94), existem pelo menos quatro tipos de terrorismo, sendo o primeiro o Terrorismo de Estado, ou “terrorismo desde cima”, que seriam atos generalizados de violência sistemática, de um governo sobre sua sociedade, contra minorias internas ou povos dominados, para quebrar resistência à sua autoridade e impor um determinado projeto. Exemplos desse terrorismo seriam os ocorridos na Alemanha Nazista, na União Soviética de Stálin e nos regimes militares na América Latina. O segundo tipo seria a execução de atos violentos, especialmente atentados, contra alvos determinados, muitas vezes fora das fronteiras nacionais. Esse está ligado a ações políticas, para chamar atenção da opinião pública ou mesmo desestabilizar o inimigo. Tais eventos são muitas vezes praticados por organizações clandestinas, como o que ocorreu com o ETA (Pátria Basca e Liberdade) e o IRA (Exército Republicano Irlandês). O terceiro, o terrorismo comunal (ou comunitário) das guerras civis, ou “desde baixo”, estaria manifestado em conflitos desordenados, em que a população civil ou suas milícias intervêm diretamente contra outras comunidades, geralmente minorias. Há, como exemplos, os conflitos na África Central, na Iugoslávia e na antiga União Soviética (VISENTINI, 2012a, p. 94).

O quarto tipo não estaria materializado, podendo ser entendido como uma “ansiedade global”, uma percepção de pânico, o que seria, segundo Halliday, um sentimento de insegurança das populações, em uma época de crises e incertezas, criando um consentimento a medidas repressivas que podem implicar na perseguição de opositores, arbitrariamente chamados de terroristas, sendo justificável a supressão de direitos civis e o desencadeamento de guerras (VISENTINI, 2012a, p. 95),

Tal tipologia do terrorismo nos mostra como tal termo já mudou de significado conforme o contexto histórico, sendo ainda mais difícil de defini-lo. A questão é apontada por Hoffman (2006) sobre as mudanças do significado de terrorismo, indo ao encontro de tais tipologias, como veremos na seção do breve histórico do terrorismo como prática política. A justificativa para a definição semântica de terrorismo é bem lembrada por Crenshaw, quando da afirmação de “o modo como se nomeia algo importa” (1995, p. 7). Ainda, para o historiador Fred Halliday (2011, não paginado), muito da violência política que vem acontecendo nos dias atuais vem sendo categorizado como terrorismo, um termo “tóxico, multidimensional e ultimamente indispensável”. O emprego do adjetivo terrorismo demanda extremo cuidado, pelo seu grande potencial de uso impróprio. Halliday frisa também que o terrorismo não é um problema específico do “Oriente Médio” ou do “Islamismo”, sendo que

essa ideologia e instrumento pode se desenvolver em países ricos e pobres, independente de região ou cultura, da mesma forma, como parte de um modelo de engajamento político transnacional. Ademais, o autor aponta que o terrorismo é um fenômeno político e moral distinto, claramente interconectado com questões de revoltas e oposição à opressão, referido como táticas militares que fazem parte de desafios políticos e militares, desenhadas para forçar o inimigo a submeter-se, com a combinação de intimidação e morte.

Para Schmid e Jongman (2005), a busca por uma definição adequada de terrorismo é um processo em andamento, pois continuam existindo consideráveis incertezas sobre o modo como pensar esse problema. Em seu livro “Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Databases, Theories, and Literature”, os autores pretendem voltar a questões de conceituação básica, para aplicar uma definição universalista ao terrorismo, utilizando revisão de conceitos, bases de dados, teorias e literatura sobre o tema. Vale notar que na primeira edição de tal livro, de 1984, foi apresentada uma definição feita a partir da análise de questões conceituais sobre o tema, divididas em diversos elementos chave para entender o terrorismo. Assim, o primeiro capítulo do livro, em sua segunda edição, em 2005, apresenta as críticas e comentários da comunidade acadêmica, feitas através de questionários formulados pelos autores. A importância desse trabalho é a de convencionar o amplo universo das definições de terrorismo já feitas, além de ser um guia sobre o tema.

O conceito de terrorismo de Schmid e Jongman é, então, reformulado para adequar-se às críticas consideradas pertinentes, além de levar em consideração a frequência de elementos definidores em 109 definições estudadas por eles². Assim, os autores apresentam sua nova definição de terrorismo, com 16 dos 22 elementos da tabela, que passam a fazer parte do conceito de terrorismo. Dessa forma, sua definição é:

Terrorismo é um método inspirado na ansiedade sobre repetidas ações violentas, empregadas por indivíduos (semi)clandestinos, grupos ou atores estatais, por razões idiossincráticas, criminais ou políticas, por meio das quais (em contraste com assassinato) os alvos diretos de violência não são os alvos principais. As vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou seletivamente (representações ou alvos simbólicos) de uma população-alvo, e servindo como gerador de mensagem. Ameaça e violência baseiam o processo de comunicação entre terrorista (organização), vítimas (expostas ao perigo) e os alvos principais que são usados para manipular o alvo principal (o público), tornando este um alvo do terror, um alvo de demandas, ou um alvo de atenção, dependendo do objetivo primeiro: intimidação, coerção ou propaganda. (SCHMID; JONGMAN, 2005, p. 28, tradução nossa, grifo nosso³).

² Tabela apresentada no Anexo A. Exemplos desses elementos seriam as palavras “violência e força”, que teriam uma frequência de 83,5% nas definições estudadas pelos autores, “política”, com 65%; medo e ênfase no terror, com 51%, etc. Ver Anexo A.

³ Do original em inglês.

Ainda nesse trabalho, os autores apresentam diversas outras definições de terrorismo, acadêmicas e estatais. Algumas importantes para este trabalho seriam a conceituação da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) de 1980, na qual o terrorismo se caracteriza como

[...] a ameaça ou o uso de violência para propósitos políticos por indivíduos ou grupos, agindo por ou em oposição a uma autoridade governamental estabelecida, quando tais ações pretendem chocar ou intimidar um grande grupo, maior do que o grupo de vítimas imediatas⁴ (SCHMID E JONGMAN, 2005, p. 32, tradução nossa).

A definição do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, feita em 1986, é a de que o terrorismo

[...] é o uso ilegal ou a ameaça do uso da força ou violência contra indivíduos ou propriedade, para coagir ou intimidar governos ou sociedades, frequentemente para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos⁵. (SCHMID E JONGMAN, 2005, p. 32, tradução nossa).

Pode-se salientar que a questão da definição do terrorismo se faz tão controversa que até dentro do mesmo governo existem conceituações distintas.

Uma das definições mais pertinentes do livro seria a de Martha Crenshaw, referência no assunto, que aponta que:

Uma definição básica (do terrorismo) incluiria os seguintes atributos: o uso sistemático de violência não ortodoxa por pequenos grupos conspiratórios com o propósito de manipular atitudes políticas mais do que derrotar um inimigo fisicamente. O propósito da violência terrorista é psicológico e simbólico, não material. Terrorismo é premeditado e propõe violência, empregando um desafio para o poder político.⁶ (CRENSHAW, 1983, *apud* SCHMID E JONGMAN, 2005, p. 32, tradução nossa)

Crenshaw também é considerada uma importante referência para a discussão do terrorismo. O peso da conceituação de Crenshaw demanda a extrapolação dessa referência para a análise de sua vasta produção sobre o tema. Em seu artigo “As causas do terrorismo” (1981), Crenshaw aponta as dificuldades em encontrar explicações gerais para o terrorismo e busca um padrão comum para a causa historicamente. A autora organiza o estudo do terrorismo em três questões: por que ocorre o terrorismo, como o processo funciona e quais são seus efeitos políticos e sociais. Assim, a autora enfatiza a ideia de que o terrorismo é um

⁴ Do original em inglês.

⁵ Do original em inglês.

⁶ Do original em inglês.

produto de escolha racional política, através da análise de três grupos de variáveis, a saber, estratégica, estrutural e psicológica. Para ela, enquanto atividade com propósito, o terrorismo é o resultado de uma decisão de uma organização que possui objetivos políticos, de oposição a um governo, por exemplo. Ainda, o argumento de que o comportamento terrorista deva ser analisado como racional é baseado na ideia de que organizações terroristas possuem consistentes valores, crenças e suas próprias visões de mundo, sendo o ato terrorista visto coletivamente como meios lógicos para o alcance dos seus fins (CRENSHAW, 1981, p. 385). Outro ponto importante da construção sobre terrorismo de Crenshaw é a identificação de pré-condições para o terrorismo: a premeditação, os assuntos que formam o estágio do terrorismo no longo prazo, e os precipitantes ou gatilhos, que seriam os mecanismos que ativam a ocorrência do ato terrorista no curto prazo (CRENSHAW, 1981, p. 381).

Com os eventos de 11 de setembro de 2001, para Crenshaw, o terrorismo deixa de ser uma questão secundária nas questões de política externa, passando a ser reconhecido como um problema de segurança internacional. Na introdução do livro “Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e desafios para o século XXI” (2010), organizado por Mônica Herz e Arthur Bernardes do Amaral, Crenshaw aponta o impacto de 11 de setembro, em especial nos Estados Unidos, com a “guerra global contra o terrorismo”, a invasão do Afeganistão, a guerra pre-emptiva no Iraque e diversas mudanças domésticas do governo norte-americano. Aqui, adiciono também, como veremos nos capítulos 2 e 3, a formulação da Iniciativa Pan Sahel, de 2003, bem como a Iniciativa Transaariana de Contraterrorismo, de 2006, e o Comando da África (AFRICOM), também como consequências da guerra ao terror. Houve também posições tomadas por organismos multilaterais, como as Nações Unidas, a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, para desenvolver políticas contraterroristas via cooperação internacional. Dessa forma, somando a questões terroristas decorrentes da guerra no Iraque, a autora apresenta o texto como uma análise que visa a contemplar, em primeiro lugar, o que é o terrorismo hoje.

Para entender o que é o fenômeno do terrorismo, a autora aponta que além de condições históricas específicas⁷, é preciso debater o grau de condições estruturais que determinam o terrorismo, tais como a globalização, a falta de democracia e a religião, em especial o Islã. É necessário entender que tais aspectos, se retirados de um contexto, podem ser compreendidos erroneamente. Dessa forma, Crenshaw conclui que (1) quaisquer condições de injustiça profunda podem servir como motivação de recrutamento terrorista, (2) o objetivo dos

⁷ Apresentadas no capítulo 3.

terroristas é atrair apoio da população, fazendo com que um grupo clandestino se torne influente político e socialmente, (3) a ira dos terroristas pode ser exportada e deslocada para além de limites de democracia de um determinado país, por meio da mídia (CRENSHAW, 2010, p. 35). No entanto, para a autora, é necessária a combinação de incentivos e oportunidades para formar e afetar decisões terroristas.

Eugenio Diniz, referência no estudo do tema no Brasil, afirma que não existem definições incontroversas sobre o tema, podendo-se nomear manifestações muito diferentes, impossibilitando a análise e induzindo ao erro (DINIZ, 2004, p. 197). Para o autor, ademais, a tentativa de utilizar a palavra terrorismo, por vezes, tem o objetivo de desqualificar ou depreciar politicamente adversários, sendo o termo, ao mesmo tempo um fenômeno político e um termo pejorativo. O autor propõe, então, em seu artigo “Compreendendo o fenômeno do terrorismo”, definir o termo, bem como “fornecer critérios que nos permitam inclusive avaliar a plausibilidade da designação de um ou outro ator como terrorista, funcionando também como uma maneira de analisar criticamente discursos enviesados” (DINIZ, 2004, p. 197). No artigo, o autor pretende, em primeiro lugar, distinguir um ato terrorista de um ato criminoso qualquer, sendo a diferença primeira a motivação política no ato terrorista. Ademais, compreender o terrorismo como um ato criminoso, também traz problemas, porque a ilegalidade normativa está “longe de ser universal e permanente” e é um processo variável de entendimento distinto dependendo das situações jurídicas, políticas e históricas (DINIZ, 2004, p. 198).

O terrorismo se trata de um fenômeno social, para o autor, se fazendo útil a definição de seus meios e fins, também em perspectiva histórica, para que a reflexão tenha sentido. A consideração dos meios distingue a ação terrorista de outras ações de mesmas finalidades, enquanto que a consideração dos fins distingue a ação terrorista de outras ações com os mesmos meios (DINIZ, 2004, p. 199). Dessa forma, o autor propõe que os meios são relacionados, em um ato terrorista, com o emprego ou a ameaça de emprego da força física, com uma característica específica de indiscriminação, o que generaliza o pânico. O efeito psicológico do emprego do terror e de sua “virtual irrelevância, para a relação numérica ou material de forças, da destruição material (pessoas, equipamentos, suprimentos)” têm grande importância para a definição do autor (DINIZ, 2004, p. 200). Reduzir o terrorismo ao emprego do terror, no entanto, parece insuficiente, como aponta Diniz, sendo necessária a consideração dos fins, que seriam, em última análise, motivações políticas. Apesar de impreciso, o termo política não restringe o terrorismo, o que faz o autor definir com

simplicidade o “terrorismo como emprego do terror para fins políticos” ou ainda, “o emprego político do terror” (DINIZ, 2004, p. 201)⁸.

Atentados terroristas têm como objetivo mais imediato, segundo Diniz, a divulgação⁹ de uma situação e de um grupo voltado a mudá-la, bem como mostrar a vulnerabilidade do oponente (2004, p. 208). Considerando-se que é praticamente impossível estar preparado a todo momento, existe, então, uma vantagem tática do terror. Contudo, o terrorismo é apenas uma parte de uma sequência de atos e engajamentos vinculados a um propósito político último, que não está anunciado e imediatamente perceptível (DINIZ, 2004, p. 209). De qualquer forma, a utilização do terrorismo é bastante arriscada, dado o risco de alienar apoios, pela dramaticidade dos atentados, sendo utilizado, então, pela sensação de urgência em alcançar os fins.

A definição do autor é a de que:

terrorismo é o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro), um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político, qualquer que este seja (DINIZ, 2004, p. 210).

Outros apontamentos importantes do autor são de que o terrorismo não é uma estratégia, e sim parte de uma, utilizado como um estratagema pelo lado fraco, a fim de alterar a correlação de forças em seu favor, com uma mudança imediata no comportamento político do alvo, que pode ser tanto um Estado, quanto um governo ou uma facção oponente.

Outra definição de terrorismo, apontada no artigo de Diniz, seria a forma clássica adotada pela Rand Corporation¹⁰, no artigo de Brian Jenkins, quando é afirmado que:

o terrorismo precisa ser definido de acordo com a qualidade do ato, não a identidade do perpetrador ou a natureza da causa, [sendo] um crime no sentido clássico, [...] embora por motivos políticos. [...] táticas terroristas, na maioria das vezes, violavam as regras que governam o conflito armado – por exemplo, tomar civis deliberadamente como alvo ou agir contra reféns. [...] As identidades dos alvos ou vítimas concretos do ataque frequentemente eram secundários ou irrelevantes para o objetivo dos terroristas de disseminar o medo e o alarme ou garantir concessões.

⁸ Diniz aponta também que há empregos do meio terror para fins políticos que, se fossem caracterizados como terrorismo, seria perdida a especificidade do fenômeno, o que levaria a graves erros. Dessa forma, o bombardeio alemão sobre Londres, em 1917; bombardeios durante as duas guerras mundiais; e as bombas de Hiroshima e Nagasaki, seriam exemplos do uso de bombardeio estratégico, que tinha como propósito diminuir a capacidade do oponente, em um emprego político não terrorista do terror (DINIZ, 2004, p. 206).

⁹ O que pode ser bastante arriscado, pois o emprego do terror tende a alienar a população, que não se solidariza com a causa defendida pelo grupo.

¹⁰ Influente instituição estadunidense, sem fins lucrativos, que realiza pesquisas e análises para contribuir na melhora de políticas públicas e de tomada de decisão.

Essa separação entre as vítimas concretas da violência e o alvo do efeito psicológico pretendido era a característica definidora do terrorismo (JENKINS, 1999, apud DINIZ, 2004, p. 199).

Vale notar que Jenkins, em seu artigo de 1978, “International Terrorism: trends and potentialities” aponta que táticas terroristas eram perpetradas por fanáticos políticos, que haviam atraído atenção mundial para suas causas e logrado compelir governos a fazer concessões a eles. Ademais, o autor aponta o aumento do número de atentados terroristas, na década de 1970, diferenciando incidentes de terrorismo internacional (JENKINS, 1978, p. 10). Já em seu artigo de 2006, “The New Age of Terrorism”, Jenkins propõe considerar mudanças ocorridas nas últimas décadas. O autor apresenta o termo como uma construção generalizada derivada de conceitos de moral, leis e regras de guerra, levando em consideração que atualmente, além de política, ações terroristas dependiam também da cultura e da ideologia. As demais mudanças também apontam, para o autor, que o terrorismo ficou mais sangrento, desenvolveu novos recursos de financiamento e de organização, tem alcance global e moveu-se de tática para estratégia (JENKINS, 2006, p. 118).

Eduardo Viola, em seu artigo “Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo” (2010) apresenta os principais vetores de transformação do sistema internacional desde 1980¹¹, entre os quais têm papel importante a questão do terrorismo. Apesar de ser um pesquisador de segurança, em termos gerais, Viola faz um contraponto polêmico sobre a questão do terrorismo, associando-o diretamente ao radicalismo islâmico frente ao Ocidente. Para o autor, as ações terroristas produzidas pelo radicalismo islâmico não são atos políticos, e sim de “pura violência, de barbárie extrema” já que “só há guerra quando há regras” (VIOLA, 2010, p. 102). Ainda, é afirmado que os atentados produzidos pelo radicalismo islâmico nos últimos anos, – como nos Estados Unidos, na Espanha, na Inglaterra, no Iraque, na Jordânia, na Índia, na Palestina, em Israel e em outros –, não têm qualquer outro objetivo que não seja demonstrar um sentimento de ódio e desejo de extermínio dirigido a todos os que não pensam ou sentem da mesma forma que os autores dos atentados.

Viola (2010, p. 101) aponta que o choque de civilizações, como descreveu Huntington, é inevitável, ainda mais pelo mundo globalizado, que está “ressignificando e hierarquizando

¹¹ Tais vetores seriam: a transição da sociedade industrial para a sociedade da informação/conhecimento; o ciclo de ascensão do radicalismo islâmico político desde 1979; a mudança da natureza da guerra no sistema internacional; a forte expansão do ilícito transnacional a partir de 1990; a proliferação de sociedades que fracassam na sua tentativa de adaptar-se, reformar-se e prosperar num mundo globalizado; a rápida ascensão de China e Índia; o crescimento do risco de mudança climática e a impotência do sistema internacional de cooperar; e a profunda divisão do Ocidente com respeito a como lidar com o radicalismo e o terrorismo islâmico.

ditas civilizações em termos do dilema entre civilização e barbárie”. Há um problema com o islamismo, segundo o autor, que possui conexões com o ciclo de radicalismo islâmico político (2010, p. 103) apresentado pelo autor. Tal ciclo tem seu ponto de inflexão a Revolução Iraniana, de 1979, e continua com o *nasserismo* e o *baathismo* pró-soviéticos, a radicalização da Irmandade Egípcia, as redes de combatentes globais no Afeganistão, o Hezbollah no Líbano, a formação do Hamas na Palestina, a vitória do Talibã no Afeganistão (2010, p. 81-83), somadas às dinâmicas históricas profundas dessas sociedades.

Uma importante noção teórica para o marco do trabalho seria a definição de Estado proposta por Max Weber, em “A Política como Vocação”, de 1954. O autor apresenta o Estado como detentor do monopólio do uso legítimo da violência dentro de um determinado território. Qualquer uso da força, externo a esse monopólio, faz com que sua legitimidade esteja comprometida. Dessa forma, a pergunta de se o terrorismo pode ser legítimo é levantada. Esse é um debate recorrente nas Nações Unidas, desde as independências na África. Na organização, existe uma intenção de estabelecer uma norma internacional sobre o que é o terrorismo, e principalmente a discordância em relação à legitimidade bloqueia tal definição (RABELLO, 2007, p. 38). Havia, desde a década de 1970, a defesa do uso da força quando da luta por autodeterminação, sendo reconhecida que, para causas nobres, a violência seria justificável. Do outro lado, havia a opinião de que o uso da força e da prática terrorista, se enquadraria como tal. Assim, a dicotomia entre libertários e terroristas, bem como a questão da legitimidade, foi o fio condutor dos debates que envolvem a busca por um conceito de terrorismo e do uso legítimo da força para fins políticos (RABELLO, 2007, p. 42). Exemplo disso foi a afirmação de Yasser Arafat, na ONU, de que a “diferença entre o terrorista e o revolucionário está na existência de uma causa pela qual se lute”, bastante discutida na época (HOFFMAN, 2006, p. 16). No entanto, até os dias atuais, não foi oficializada uma definição nas Nações Unidas, mesmo com as diversas resoluções aprovadas sobre o tema do contraterrorismo.

Crenshaw (2010, p. 25) apresenta, porém, uma definição das Nações Unidas, do Relatório de Alto Nível do painel de 2004, pela qual o terrorismo é

qualquer ação que intenciona causar morte ou sérios danos físicos a civis ou não combatentes, quando o objetivo desse ato, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população ou forçar um governo ou organização internacional a fazer ou deixar de fazer alguma coisa (CRENSHAW, 2010, p. 25)

Tal conceituação, no entanto, parece não incluir o fator político do terrorismo e sua possível legitimidade. É possível relacionar tal definição com a associação entre terrorismo e fanatismo religioso, sobretudo graças ao grupo Al Qaeda e aos maiores atentados terroristas da história, em 11 de setembro de 2001. A partir dos anos 1990, são apontadas pela literatura ações terroristas mais motivadas por ideologias religiosas. No entanto, não se pode deixar de salientar que a associação entre terrorismo e religiosidade pode, muitas vezes, ter como objetivo associar atos terroristas à irracionalidade, podendo ter como efeito o esvaziamento da questão. Para os fins deste trabalho, não se faz útil um debate sobre a moralidade do terrorismo.

Rabello expõe ainda um importante debate sobre legitimidade e Estado, utilizando conceitos de Bobbio, que apresenta o conceito de legitimidade referido a um atributo do Estado definido pela existência de consenso entre parte relevante da população suficiente para garantir a obediência sem necessidade de uso da força (BOBBIO, 1984, *apud* RABELLO, 2007, p. 42). Para a autora, pode-se pensar, dessa forma, as relações entre o terrorismo e as possíveis manifestações do que se pode classificar como processos de impugnação de legitimidade, sendo essa, um aspecto da vida política ligado à percepção da sociedade sobre suas instituições estatais. Para Rabello, o terrorismo desafia a legitimidade constituída de governos, ao visar a aumentar o poder de indivíduos ou grupos que, sem práticas terroristas, não teriam força para desafiá-los. A conquista de legitimidade dos grupos terroristas, no entanto, só é possível pela percepção de uma audiência influente no processo, que reconheça as causas defendidas pelos grupos como justas e relevantes (CRENSHAW, 1983, *apud* RABELLO, 2007, p. 44). Vale salientar que o terrorismo é moralmente reprovado por boa parte da audiência, mesmo com causas justas, o que torna o cálculo difícil.

Dessa forma, para Rabello, a discussão sobre legitimidade do uso da força está fortemente associada com a percepção de uma audiência politicamente relevante sobre determinada ação política e violenta (RABELLO, 2007, p. 45). A discussão do conceito de Bobbio se torna bastante relevante para a questão do terrorismo, por aceitar que a legitimidade depende mais do público do que da materialização do Estado, como para Weber. O emprego da ilegitimidade atual do terrorismo é feito de maneira moral, classificando o grupo terrorista através de um rótulo político condenável. Seria necessária uma definição neutra em relação ao terrorismo e aos seus debates, o que é bastante improvável, pelas simples questões de alguém definir terrorismo e por quê.

2.2 Breve Histórico do Terrorismo como Ação Política

O estudo do terrorismo para o historiador Walter Laqueur, outra importante referência no assunto, se daria pelo peso de análises que consideram que a compreensão do terrorismo deve vir de uma análise histórica. Dessa forma, o autor apresenta uma visão de que o contexto histórico é o que importa para o rótulo de terrorismo, e de que “nenhuma definição pode abarcar todas as variedades de terrorismo que existiram ao longo da história” (LAQUEUR, 2002, p. 7), o que reflete a dificuldade de definir o termo. A visão do autor é importante para o histórico do terrorismo, aqui tratado. Também Hoffman (2006, p. 3) afirma que a dificuldade em definir o terrorismo é dada possivelmente pela frequência com que o termo mudou nos últimos 200 anos. Para Diniz (2004, p. 212), o terrorismo não é um fenômeno exclusivo dos tempos modernos, com exemplos históricos antigos para comparação e estudo, não se tratando, no entanto, de um fenômeno atemporal. Ademais, para o autor, grupos terroristas são fenômenos sociais que dependem dos recursos sociais disponíveis e necessários de cada momento histórico. Para o trabalho, se faz necessária, então, a perspectiva histórica do terrorismo, no intuito de chegar a uma categorização de terrorismo capaz de balizar a análise do caso estudado e buscar entender as causas de diversos fenômenos ocorridos ao longo do tempo que foram rotulados como terroristas, mesmo que em diferentes contextos.

Crenshaw (2010) aponta que o terrorismo tem uma longa história, sendo que diversas organizações, com crenças e ideologias diferentes, como nacionalistas, socialistas revolucionários, extremistas de direita e religiosos, já utilizaram atos terroristas para tentar alcançar seus objetivos. Da mesma forma, para Laqueur, o terrorismo não seria uma ideologia, mas sim uma estratégia insurrecional, podendo ser usada por grupos e pessoas de diferentes convicções políticas (LAQUEUR, 2002, p. 4). Em perspectiva histórica, se pode perceber, assim, que o terrorismo já esteve ligado a diversas motivações e ideologias.

Para Laqueur (2002, p. 7), os primeiros exemplos de terrorismo aconteceram em meados do século I, com as ações dos Sicarii, judeus que buscavam proteger a tradição, assassinando autoridades romanas e hebreus que colaboravam para a ocupação dos romanos na Palestina. O autor observa ações terroristas também perpetradas pelo grupo dos Assassinos, que atuaram na Pérsia e na Síria, aproximadamente do século XI ao XIII, no assassinato de sunitas e cristãos, em uma mistura de esperança messiânica e terrorismo político (LAQUEUR, 2002, p. 8). Contudo, o terrorismo moderno nasceu na Revolução Francesa, com os tribunais de Robespierre e seu efeito aterrorizante, sendo o termo utilizado pelos jacobinos, em um sentido positivo sobre si mesmos (LAQUEUR, 2002, p. 6).

Laqueur afirma que diversos grupos optaram pelo caminho da violência política e do terrorismo aparecem no século XIX, como os “revolucionários russos” do grupo Narodnaya Volya (LAQUEUR, 2002, p. 11), que lutavam contra o czarismo, entre os anos de 1878 e 1881, e chegaram a assassinar o czar Alexandre II. Também os “radicais nacionalistas” possuíam objetivos separatistas e conotações revolucionárias, e estiveram presentes na Irlanda, com ramificações nos Estados Unidos¹², e na Macedônia (LAQUEUR, 2002, p. 11, HOFFMAN, 2006, p. 11). Outro grupo importante foi o dos “anarquistas” na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que, com séries de ataques, lograram assassinar dirigentes estatais, como o Rei Humberto, da Itália, o Presidente estadunidense William McKinley, a imperatriz austríaca Elizabeth, e Francisco Ferdinando, o arquiduque austríaco, no evento que serviu de estopim para a Primeira Guerra Mundial. Para Crenshaw (2010, p. 28), esses grupos de versão moderna do terrorismo eram mal organizados e possuíam metas utópicas de caráter transnacional. No entanto, suas atividades abriram precedentes para atentados a civis que poderiam minar a sociedade.

Vale salientar, no entanto, que diferentemente do terrorismo estatal empregado na Revolução Francesa, o terrorismo no século XIX passa a ser empregado politicamente por grupos não estatais, mais fracos e clandestinos, contra governos. A perspectiva histórica que impulsiona tal terrorismo é destacada por Hoffman no “advento do nacionalismo, suas noções de estrutura de estado e cidadania baseada em uma identidade comum de povo” no estímulo de novos Estados-nação (HOFFMAN, 2006, p. 5). Ao mesmo tempo, “mudanças socio-econômicas provocadas pela Revolução Industrial estavam criando novas ideologias universalistas, como o comunismo/marxismo” (HOFFMAN, 2006, p. 5), fazendo surgir o terrorismo contra o Estado. Para Laqueur, os diferentes fenômenos de terrorismo, nos séculos XIX e XX, tinham uma origem em comum, conectados com o surgimento da democracia e do nacionalismo e com condições anteriormente aceitas transformadas em intoleráveis (LAQUEUR, 2002, p. 11).

Para Hoffman, o significado de terrorismo mudou novamente na década de 1930, sendo agora menos referido a movimentos revolucionários e violência direta contra governos e mais descrito como práticas de repressão em massa, empregadas por Estados totalitários e seus líderes ditadores contra seus próprios cidadãos. Dessa forma, terrorismo também é atribuído

¹² Nos Estados Unidos, a organização *Clan na Gael* se formou, em 1873, para investir em propaganda e recolhimento de fundos e iniciar uma campanha terrorista na Grã Bretanha, em 1881. Hoffman ainda aponta que tal grupo possuía características distintas e únicas, na época, com bases no exterior, uso de bomba relógio e caráter indiscriminado nas ações, refletindo maior descaso com a vida humana (HOFFMAN, 2006, p. 9-10).

aos regimes stalinista da União Soviética e nazista na Alemanha, bem como nos regimes militares na América Latina (VISENTINI, 2012a, p. 94). O Grande Expurgo, na URSS, foi a utilização de mecanismos de terror contra os oponentes políticos de Stálin, na década de 1930, resultando na morte de dois terços do partido comunista e de aproximadamente 700 mil militares. Entre 1933 e 1945, judeus, comunistas, ciganos e outras minorias foram aterrorizados pela ideologia eugênica do Partido Nazista, liderado por Adolf Hitler. Mais de 6 milhões de pessoas morreram, muitos dos quais em campos de extermínio e de trabalho, como Auschwitz-Bikernau, Treblinka e Dachau. Na América Latina, a perseguição política, a censura às liberdades individuais e a tortura estiveram presentes durante os regimes militares na Guerra Fria¹³.

Há, novamente, uma mudança de significado do terrorismo, para Hoffman (2006, p. 16) no pós Segunda Guerra, voltando à conotação revolucionária, o que é mais comumente associada ao terrorismo hoje. O autor aponta os grupos nacionalistas e anticolonialistas que emergiram na Ásia, África e no Oriente Médio durante os anos de 1940 e 1950, e se opuseram à continuidade do governo europeu, utilizando táticas terroristas. Alguns grupos em países como Quênia (grupo Mau Mau), Chipre (Organização Nacional de Combatentes Cipriotas, EOKA), Argélia (Frente de Libertação Nacional da Argélia), Moçambique (Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO) e Angola (com a Frente de Libertação da Angola), utilizaram táticas terroristas em suas lutas por libertação nacional e autodeterminação. Suas guerras de libertação foram discutidas em âmbito internacional, em especial nas Nações Unidas, e não foram tratadas primordialmente como ações terroristas, principalmente por países do Terceiro Mundo e pelo bloco soviético, por serem consideradas justas frente à opressão colonial (HOFFMAN, 2006, p. 16). Vale salientar ainda que todos os atos terroristas cessaram quando das independências desses países, corroborando a luta pela libertação como justificativa para o uso de práticas terroristas para alcançar seus objetivos.

Nos anos 1960 e 1970, o terrorismo continuou a ser visto em um contexto revolucionário, mas agora expandido para incluir nacionalismo e grupos separatistas fora do domínio colonial, com organizações radicais e ideologicamente motivadas (HOFFMAN, 2006, p. 16). Exemplos disso foram o Exército Republicano Irlandês (IRA) e o grupo Pátria Basca e Liberdade (ETA), que lutaram na Irlanda e na Espanha. Também houve uma passagem do terrorismo em contextos específicos para uma questão internacional, dado o

¹³ O primeiro dos golpes ocorreu no Paraguai, em 1954, com a ascensão ao poder de Alfredo Stroessner, e o último a terminar foi o do Chile, com a reabertura do Congresso e as eleições, em 1990. Vale salientar o estado de terror implantado por Videla, na Argentina, na década de 1970, com mortes e desaparecimentos de milhares de pessoas.

interesse externo e o envolvimento de diferentes estados. Nesse contexto, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e o grupo fundamentalista Hamas são apontados como terroristas por Israel e Estados Unidos, e responsabilizados por ataques com homens-bomba nas zonas de conflito entre Israel e Palestina. Vale salientar que esses três grupos, usualmente apontados como terroristas, “sentaram-se à mesa” com seus oponentes, para resolver questões políticas, reforçando o fenômeno do terrorismo como um instrumento para chegar ao fim político.

Os anos de 1980 foram marcados pela consolidação do terrorismo internacional, pelo aumento no número de casos e por dois atentados marcantes, o sequestro de um avião israelense por terroristas palestinos em 1968¹⁴, e pelo episódio das Olimpíadas de Munique¹⁵ em 1972, passando o tema a ser tratado com mais ênfase em âmbito político internacional, principalmente nas Nações Unidas. Nos anos de 1990, o termo terrorismo passou a lidar com a emergência de duas novas palavras, o narcoterrorismo, principalmente na Colômbia, e o “fenômeno de área cinza”, o começo do que era entendido como ameaças à estabilidade de Estados por atores não estatais e processos e organizações não governamentais (HOFFMAN, 2006, p. 17). Os episódios que levaram às sanções de Líbia, Sudão e Afeganistão, pelos ataques aos aviões da Pan Am e da UTA, a tentativa de assassinato de Hosni Mubarak e os atentados simultâneos nas embaixadas estadunidenses do Quênia e da Tanzânia estão conectados com tal “fenômeno cinza”. As acusações de financiamento estatal ao terrorismo pelos Estados Unidos também passa a chamar maior atenção na questão do terrorismo contemporâneo.

Para Laqueur (2002), o “novo terrorismo”, seria o novo padrão de terrorismo contemporâneo, bastante conectado ao aumento da letalidade, não antes identificada na história. A década de 1990 é, então, um novo marco temporal fortemente associado à religião¹⁶. Grupos terroristas, fanáticos religiosos estão, dessa forma, modificando a percepção, na literatura, de que o terrorismo estaria menos conectado a ideais políticos, tornando cálculos racionais de custo e benefício menos restritos (RABELLO, 2007, p. 70). Nesse contexto, desde os anos 1990, a Al Qaeda aparenta ser o principal foco de ameaça terrorista (CRENSHAW, 2010, p. 28). O movimento global salafista, que pretendia fazer

¹⁴ Sequestro do avião da El Al pela Frente Popular para a Libertação da Palestina, que fazia voo de Roma para Israel. O avião foi desviado para Argel, onde 32 pessoas foram detidas por aproximadamente 40 dias.

¹⁵ Nas Olimpíadas de Munique de 1972, 11 membros da equipe de Israel foram feitos reféns e posteriormente assassinados pelo grupo terrorista palestino Setembro Negro.

¹⁶ Embora Laqueur (1998, *apud* RABELLO, 2007) aponte exemplos frequentes ligados à religião islâmica, o autor não destaca uma religião específica, e sim o aspecto de fanatismo religioso, ideias messiânicas e apocalípticas.

uma Jihad global, é a organização que admitiu a responsabilidade sobre os ataques no dia 11 de setembro de 2001, em território estadunidense. Alguns dos outros ataques foram nas embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, no ano de 1998, além de atentados na Indonésia, no Marrocos, na Tunísia, na Arábia Saudita, no Egito, na Jordânia, no Iraque, na Turquia, no Paquistão, no Afeganistão, na Espanha e na Grã Bretanha que também são atribuídos à organização e a suas células¹⁷ (CRENSHAW, 2010, p. 28).

Em perspectiva histórica, as origens da Al Qaeda remontam à resistência anti União Soviética no Afeganistão, com o treinamento de afegãos com financiamento dos Estados Unidos, sendo estabelecida por Osama bin Laden no Paquistão, no ano de 1988. O objetivo primeiro era fazer com que a União Soviética saísse do Afeganistão, o que ocorreu em 1989, passando então às motivações de guerra santa, contra os ocupantes de terras muçulmanas e defensores de Israel, os Estados Unidos. Halliday (2011, sem paginação) aponta que a Al Qaeda odeia o Ocidente, mas sua criação, como organização ideológica e militarizada, remonta a políticas do próprio Ocidente no contexto de Guerra Fria. Para Halliday (2011, sem paginação), o grupo Al Qaeda é não somente mais uma organização moderna e convencional, com um caso extremo de ideologias híbridas: elementos do Islã Sunita e do sectarismo sunita em contra xiitas. Somado a isso, uma mistura de moderno niilismo, culto ao extremo heroísmo, auto-sacrifício, retórica antiglobalização e nacionalismo formam seus ideais, bastante incoerentes.

2.3 Conclusão do Capítulo

As considerações do capítulo sobre a questão do terrorismo são bastante importantes para entender o que vem ocorrendo na região do Saara, tema deste trabalho. Dessa forma, para o presente trabalho, é considerado que o pressuposto mais importante do terrorismo seria o de que essa é uma questão política. Pressupostos morais são bastante importantes em nossa sociedade; no entanto, tratar o terrorismo somente a partir de tais não torna o conceito útil. Aqui, a definição de Diniz é bastante ilustrativa ao salientar que o objetivo do grupo terrorista é de “alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político, qualquer que este seja” (DINIZ, 2004, p. 210). Adicionalmente, como demonstrado, a análise histórica dos atores em oposição é

¹⁷ Para Crenshaw (2010, p. 28) a organização é composta de elementos locais e transnacionais, com um grande número de associados no mundo todo. No entanto, não se sabe até que ponto tais grupos afiliados à rede são autorrecrutados ou autogerados ou se são dirigidos diretamente pela central da Al Qaeda, sendo a questão do grupo Al Qaeda no Magreb Islâmico tratada nos capítulos 2 e 3.

determinante sobre o conteúdo dos fins objetivados na prática do terrorismo. Ressalta-se a necessidade de desenvolver um senso crítico em relação à denominação terrorista. Tal termo se tornou, nos últimos anos, pejorativo e vem sendo usado instrumentalmente. É preciso frisar que o terrorismo não é um fenômeno novo e não está necessariamente ligado ao Islamismo ou ao Oriente Médio.

3 O SAARA E O TERRORISMO

Uma primeira aproximação com o objetivo geral deste trabalho passa por uma revisão das alternativas descritivas e explicativas para o aumento de atividades militares estatais e não estatais na região do deserto do Saara. Em primeiro lugar cabe sistematizar o debate acadêmico sobre o objeto em si, sobre o aumento das atividades militares na região. Esse debate será balizado pela discussão dos processos históricos de constituição dos atores locais envolvidos, para perceber sua relação com o fenômeno: nominalmente os Estados do Mali e da Argélia e a população desértica tuaregue. Ao final, o capítulo pretende dar um quadro geral de seu objeto de trabalho e da sua relação com aspectos de seu *locus* histórico.

3.1 O Saara como fronteira para o terrorismo

Para Jacob Mundy (2010, p. 1), o governo dos Estados Unidos está comprometido com a militarização e a securitização da região do Norte da África, desde 2002, apoiados nos desdobramentos da Guerra Global ao Terror. No entanto, para Mundy, não há consenso de formuladores de políticas, de observadores da região, de governos regionais e da população local sobre a racionalidade dessas medidas de segurança. A justificativa norte-americana é a de existência de grupos islamistas operando no deserto, em países como Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Argélia, Tunísia, Chade e Líbia. No entanto, Mundy apresenta que há um debate focado na existência ou não de grupos terroristas na região, se esses estão articulados, ou ainda, se são uma ameaça presente ou futura para o local e para os interesses internacionais. Esse recorte será utilizado para o agrupamento analítico da bibliografia delimitada. A literatura “positiva” em relação a ameaça de terrorismo formada por autores como Lyman e Morrison (2004), Hunt (2007) e Scheuer (2007). Já as visões “céticas” quanto às alegações são apontadas pelo International Crisis Group (2005), Archer e Popovic (2007). Ademais, Keenan (2009, 2013) expressa dúvidas quanto à existência real de movimentos islâmicos no Saara ligados à Al Qaeda (MUNDY, 2010, p. 1,2), caracterizando um agnosticismo quanto ao fenômeno.

Lyman e Morrison (2004, sem paginação) apontam a existência de ameaça terrorista em todo o continente africano, enfaticamente relacionada à estruturação da Al Qaeda na África Ocidental. Os eventos em Nairóbi e Dar es Salaam, em 1998, foram os alarmantes para o lançamento do Chifre da África como um fronte na Guerra Global contra o terror. Ainda, para

os autores, os Estados Unidos têm falhado em reconhecer a existência de outras ameaças terroristas, menos visíveis, no restante do continente: “cortar o mal do extremismo pela raiz tem sido uma parte central da estratégia norte-americana no Oriente Médio, mas o mesmo não é geralmente verificado em relação à África” (LYMAN e MORRISON, 2004, sem paginação, tradução nossa¹⁸). Em relação à África Subsaariana, são atribuídos fatores como tensões comunais, radicalismo islâmico e anti-americanismo como a produção de um terreno fértil para militância e ameaças na Nigéria. Na África do Sul, um violento grupo islâmico tem emergido, bem como na África Oriental e Central, onde redes criminosas abrem espaços para a Al Qaeda. Para os autores, os Estados Unidos, além de lidar com essas ameaças, precisam concentrar esforços na resolução de problemas econômicos, étnicos e religiosos, de Estados fracos, de questões democráticas e de abuso dos direitos humanos, pois esses fatores criariam um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades terroristas (LYMAN, MORRISON, 2004, sem paginação). Em relação ao norte da África, os autores apontam que seria necessária a expansão da Iniciativa Pan Sahel, para alcançar a efetividade em toda a região do Magreb e Sahel.

Hunt aponta que Marrocos e Argélia são o epicentro da atividade terrorista no norte da África, uma vez que as táticas contraterroristas concentradas na área urbana dos países abrem espaço para atividades criminosas organizadas no deserto (HUNT, 2007, p. 1). Assim, o Saara é caracterizado como um imenso espaço aberto, o que facilita o comércio ilícito, sendo, também, de difícil fiscalização por forças de segurança. A autora ainda aponta que o número de pessoas que aderiram à Al Qaeda, depois dos atentados de 11 de setembro, cresceu exponencialmente, dados os esforços propagandísticos, a proliferação da Internet, a televisão via satélite, etc. Ainda, a invasão norte-americana do Iraque e a cobertura midiática deu crédito à narrativa da Al Qaeda na região do Norte da África, o que teria atraído segmentos da juventude (HUNT, 2007, p. 14). A autora chega a afirmar que

atividades terroristas no noroeste da África são, hoje, um híbrido entre táticas insurgentes tradicionais favorecidas pelo GSPC e o modelo moderno de pequenas células urbanas com conexões internacionais que se inspiram na ideologia global radical (HUNT, 2007, p. 3, tradução nossa¹⁹).

Ainda, a autora contrapõe as acusações de que haja um exagero quanto aos níveis de atividades terroristas alegados, já que os analistas do Comando Europeu se concentraram

¹⁸ Do original em inglês.

¹⁹ Do original em inglês.

quase que exclusivamente no combate ao treinamento de terroristas recrutados no deserto (HUNT, 2007, p. 17). Também é enfático na defesa de uma postura atenta ao terrorismo no Norte da África, Michael Scheuer (2007, sem paginação). Para o autor, os grupos terroristas na região provêm de capacidade de combate, complacência em relação a outras frentes de batalhas que envolvam islamistas, como no Afeganistão e Iraque, além de células terroristas espalhadas pela Europa e o status de ameaça via Al Qaeda, sendo um inimigo a ser removido pelos Estados Unidos.

Na divisão de Mundy (2010, p. 2), os autores mais céticos em relação à existência de terroristas no Norte da África têm como ponto de partida na literatura o artigo “Terrorismo Islâmico no Sahel: fato ou ficção?” de 2005, do International Crisis Group. Nesse trabalho, os autores apresentam a região do deserto do Saara, seus Estados e os novos programas militares contraterroristas norte-americanos, como resultado da busca por um “novo frente na guerra ao terrorismo” (ICG, 2005). Para eles, existem indicadores de segurança suficientes para justificar o cuidado e o envolvimento do Ocidente; no entanto, um balanço do aumento de atividades islâmicas na região (incluindo terroristas) é delicado. Vale notar que, apesar de um crescente antiamericanismo na região, não há uma correlação entre esse e o fundamentalismo islâmico. O trabalho atribui a disseminação desse sentimento às iniciativas estadunidenses de combate às redes de contrabando – que foram a atividade econômica básica dos povos do Saara, devastados pelas secas e sem alternativas, desde as décadas de 1970 e 1980 – em uma relação percebida como destinada a subjugar as populações muçulmanas (ICG, 2005).

Archer e Popovic (2007, p. 7) também apresentam a região transaariana como um dos novos frentes da Guerra Global ao Terror. Os autores apontam, que com o fim da Guerra Fria, “virtualmente todos os países das mais diversas regiões do mundo estão se dando conta que terão que lidar com o único super poder remanescente: os Estados Unidos da América” (ARCHER; POPOVIC, 2007, p. 7, tradução nossa²⁰). A unipolaridade, assim, vai de encontro à sua ameaça mais imediata, de grupos terroristas não estatais. Dessa forma, é visível o envolvimento dos Estados Unidos na área do deserto do Saara, com foco em operações de atores não estatais na área. Para os autores, no entanto, a análise da situação na região não é simples, e, de forma cética, é apresentado que “ameaças, incluindo ameaças terroristas, são construídas – o que é bastante diferente do que dizer que não são reais – de certa maneira, e essas construções têm implicações bastante reais” (ARCHER; POPOVIC, 2007, p. 8, tradução nossa²¹). Na região do Saara e do Sahel, dessa forma, os EUA identificaram uma

²⁰ Do original em inglês.

²¹ Do original em inglês.

ameaça terrorista *jihadista*, e a vêm combatendo predominantemente por meios militares.

Para Jeremy Keenan (2009, 2013), seja qual for o olhar que se dê a região, o Saara tem se tornado um lugar extremamente perigoso. Desde 2003, a região do Saara e do Sahel vem se tornando uma linha de frente para a “Guerra ao Terror” na África. Keenan aponta que isso se dá pelo crescimento do número de evidências que sugerem a alegação de atividades terroristas na região do Norte da África. Contudo, o ponto principal da tese do autor é de que há uma elaborada estratégia de farsa (*deception*) por parte dos serviços de inteligência dos EUA e da Argélia (DRS) para a consecução de seus interesses (2009, p. 475).

Para o autor, um evento bastante importante seria o desaparecimento de 32 turistas em janeiro de 2003, alegadamente sequestrados por extremistas islâmicos, do Grupo Salafista pela Pregação e Combate (GSPC), atual Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), quando os rumores de terrorismo no Norte da África passaram a ser mais frequentes. O autor aponta elementos em comum aos sete grupos sequestrados, como o fato de todos falarem alemão, mas serem também de outras nacionalidades, como austríacos, suíços, etc; de todos estarem viajando sem guias turísticos; e o fato de eles terem desaparecido em um lugar não tido como perigoso. O autor descreve o sequestro, as viagens feitas pelos sequestradores para o Mali e, posteriormente, o processo de soltura dos sequestrados (KEENAN, 2009). Ademais, aponta como a mídia argelina (tida como bastante próxima do serviço de segurança do Estado) e os porta-vozes do governo pareciam confusos em relação aos sequestros, às alegações de pagamento de resgate confirmadas e retiradas, entre outros eventos contraditórios e sintomáticos da “enganação”. Ademais, o autor nos apresenta Amari Saifi, ou El Para, alegadamente líder dos sequestradores e já tido como o “homem de bin Laden no Saara” pela administração Bush. Keenan (2009) trata o sequestro como gatilho para a identificação do Saara como um novo frente na sua guerra ao terror, por parte dos Estados Unidos, o que resultou na inflexão nas relações do país com a Argélia. O estreitamento entre os países teria sido materializado em uma aliança para a contenção dessas atividades terroristas, externalizada posteriormente na Iniciativa Pan Sahel (2003), na Iniciativa Transaariana de Contraterrorismo (2006) e no AFRICOM.

Para o autor, existem fortes interesses norte-americanos no continente africano, os quais explicariam a tentativa de “farsa” terrorista, como subterfúgio para legitimar uma invasão dos Estados Unidos no continente, com a ajuda da Europa, dado o medo dessa de um Afeganistão em sua porta dos fundos, alimentado por terroristas vindos da Ásia Central. Keenan (2009, p. 4) associa o papel do Serviço de Inteligência da Argélia (DRS) como suspeito de terrorismo de Estado ou de fabricar um terrorismo fictício, no qual seria o “Saara o cenário para uma das

mais elaboradas e diabólicas enganações de serviços de inteligência no mundo”. Dessa forma, para o autor, essas atividades terroristas seriam o fruto de elaboração por agências de inteligência argelinas e estadunidenses, com vistas ao controle da exploração do petróleo na região. Para embasar seu argumento, é apontado o aumento da exportação do petróleo argelino para os EUA em 400% nos primeiros meses de 2004, em comparação aos mesmos meses do ano anterior (KEENAN, 2009, p. 492)

Os determinantes sistêmicos do “porquê” dessa farsa serão trabalhados em sua particularidade no capítulo 3. Desde já, pode-se apontar que na visão de Keenan, para os EUA e seu “novo imperialismo”, a questão da crise energética, a força de ideologias neoliberais e neoconservadoras, o medo da expansão chinesa e a intensa competição com esse país por recursos, especialmente na África, fariam com que os EUA se envolvessem na fabricação do terrorismo fictício. Outros “porquês” desse “engano” se relacionam às características da região: um lugar “fora de vista” e “sem verificação” se mostra um ambiente bastante favorável à produção de factoides. O Saara, portanto, um local de vastos espaços vazios de poder político convencional, seria perfeito para a estruturação de uma nova base para o terrorismo internacional, alegada ou real. Esses determinantes locais são o alvo da análise neste capítulo.

Keenan (2009) enfatiza fortemente que a população local (em especial os tuaregues, povo com o qual o autor tem proximidade) não reconhece tais “histórias inventadas e alarmantes” sobre o deserto do Saara. Ainda em relação ao sequestro, o autor aponta contradições vistas por ele e pela população local. Para ele, no que concerne aos alegados resgates de 5 milhões de euros, somados ao grande apelo internacional e ao risco, seria muito mais rentável o comércio ilegal de cigarros, drogas, armas e pessoas que rende aproximadamente 1 bilhão de euros ao ano. Em relação à prisão de El Para no Chade, depois de meses sendo um terrorista internacionalmente procurado por tropas estadunidenses na região, o autor aponta que houve um julgamento, segundo o governo argelino, no qual o criminoso foi condenado à prisão na Argélia, não sendo julgado pelos EUA. Não há mais sinal de El Para e não houve verificação de sua prisão, dando espaço para a afirmação de Keenan (2009), de que ele era um agente do serviço secreto argelino, treinado pelo serviço secreto norte-americano, sendo o grande responsável pelo teatro.

No livro “The Dark Sahara: America’s War on Terror in Africa” (2010), o autor apresenta sua teoria de que o Comando norte-americano na África (AFRICOM) só teria sido possível através da aliança entre a administração Bush e o governo argelino e da atribuição de crimes diversos a grupos terroristas. O autor intensifica o argumento, ao dizer que os Estados

Unidos estabeleceram bases militares na região em nome de objetivos imperialistas de segurança, nos quais a África seria uma nova fronteira para a guerra ao terror, oferecendo uma visão bastante cética em relação ao terrorismo no deserto do Saara.

Lohmann (2011), por sua vez, apresenta o Saara Central e suas nuances, em relação a antigos conflitos, como a questão tuaregue no Mali, e novos desdobramentos, como a Al Qaeda e o crime organizado. Para a autora, a rede internacional da Al Qaeda surge como um ator na região através da transformação do GSCPC em Al Qaeda no Magreb Islâmico, a AQIM, por sua vez, seria uma organização com hierarquia frágil e precárias estruturas de comando. Mesmo com o mesmo nome, não se faz clara a ligação entre a rede internacional e a regional, no Norte da África, sendo afirmado pela autora que

muitos observadores têm apontado para a AQMI como primeiramente uma organização criminal, que passa a usar o rótulo de Al Qaeda em suas operações para garantir atenção internacional. Contudo, um vídeo de Osama Bin Laden endossando um sequestro (...) no Níger, em 2010, bem como a demanda da AQIM de que a França negociasse diretamente com Bin Laden, tentou mostrar que a organização como unificada. (LOHAMANN, 2011, p. 8, tradução nossa²²).

Lohmann afirma que a conexão mundial com o tráfico de drogas, armas e pessoas, bem como os eventos no Saara central, estão afetando a Europa e os Estados Unidos, mas que a procura por recursos naturais tais como gás, petróleo e urânio seria uma razão bastante importante para um engajamento na região.

Ainda é apresentada a questão particular da crise no Mali, da presença de terroristas, da constante instabilidade política e dos conflitos com os tuaregues, bem como abordagens multilaterais diante da crise, haja vista a fragilidade e a precariedade do governo malinês, visto de maneira estrutural na próxima seção. Para a autora, não haveria como tratar da questão no âmbito da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), nem da União Africana e nem da União Europeia, apesar de todas buscarem resposta, porque os países que sofrem com essa crise não participam, em sua totalidade, dessas organizações, nem possuem consenso político para tratar dos conflitos. As recomendações de Lohmann (2011) seriam a intensificação da luta contra o tráfico de drogas, a implementação do acordo de paz com os tuaregues, a busca pelo desenvolvimento socioeconômico do atrasado norte do Mali e uma maior presença através da aplicação do Estado de direito. Além disso, a articulação entre a Argélia e órgãos europeus nas negociações seria outra forma de auxiliar o progresso político, tirando da Al Qaeda e de outros grupos extremistas a consideração de

²² Do original em inglês.

alternativa política. Na mesma linha, Harmor (2010) apresenta a evolução do GSPC para a AQIM, como será visto na próxima seção, e afirma que tais grupos terroristas estariam mais ligados à atividade de tráfico de drogas, cigarros, armas e pessoas, sendo essa sua fonte de financiamento. Ademais, estariam mais engajados em sua própria sobrevivência do que em uma Jihad global.

3.2 O Saara como região

Como aponta Noureddine Jebnoun (2007, p. 5, tradução nossa²³):

especulações e avisos sobre a “afeganização” do Norte da África não têm contribuído para o desenvolvimento de um quadro de interpretação viável para avaliar os contextos e interesses sobre a radicalização. Na realidade, o grau de ameaça no Magreb em geral, e na Argélia, em particular, só pode ser entendido pela consideração da situação política interna.

Dessa forma, para o autor, apenas um quadro feito a partir do processo de radicalização visto de uma perspectiva interior pode revelar a vulnerabilidade de indivíduos para o recrutamento nas redes *jihadistas*. Tal questão vai ao encontro do trabalho, ao passo que nesta seção será tratada a região do Saara para compreender até que ponto o terrorismo denotado no Norte da África é ou não um evento que ali nasceu, ou se é exógeno, com ligações com a Al Qaeda.

Como propôs Keenan (2009, 2013), o Saara parece se tratar de um lugar “fora de vista e sem verificação”, favorecido pelo deserto de quase nove mil quilômetros quadrados, sem nenhum tipo de ação governamental que vise a implementar um Estado de direito e com uma população pequena e dispersa. Compreender a questão do terrorismo no Norte da África perpassa entender a formação estatal dos países ali presentes, em especial Mali e Argélia, compreendidos no recorte aqui proposto. Também a questão dos tuaregues faz parte das profundas raízes históricas da região. Dessa forma, será analisada, aqui, a formação política da moderna região do Saara, em seus processos históricos de longo prazo, sem deixar de levar em consideração desenvolvimentos muito mais recentes para alcançar tal produto.

3.2.1 Mali

A formação do Estado do Mali remonta à grandeza das estruturas políticas, econômicas

²³ Do original em inglês.

e militares, dos Estados Africanos de antes da colonização, como os impérios de Gana, Mali e Songai, com importantes cidades e centros de comércio transaarianos, como Djenné e Timbuktu. Tais estruturas são bastante importantes para a constituição do Estado malinês, haja vista a consideração de que legados pré-coloniais influenciam na formação de tal Estado (DIALLO, 2011, p. 18). Grupos étnicos, como a população tuaregue passam a fazer parte do norte da região onde está o Mali, já no século XIV. Ademais, árabes, mouros, bérberes, Mande (Malinke/Bambara), Fulani, e Soninke formaram a civilização da área, com suas influências culturais e religiosas, e fazem parte da coesão social do Estado do Mali desde o Império Songai (VISENTINI, 2012a, p. 40).

A colonização europeia do Mali se deu em 1855 pela França e foi responsável pelo rompimento social entre esses grupos e pelos novos limites impostos no mapa. Vale salientar que o grande império colonial da França controlou boa parte do continente africano, com a “África Ocidental Francesa”, parcela do Norte e algumas ilhas. Com a colonização, houve uma grande ruptura na história do continente, com mudanças irreversíveis nas estruturas políticas, econômicas e sociais, que deram nascimento aos atuais Estados africanos (DIALLO, 2011, p. 35). Dessa forma, no Mali, pela instalação da capital administrativa em Bamako, as estruturas políticas e econômicas se voltaram para a região, privilegiando os grupos que ali estavam, dificultando o acesso ao poder de outros.

No contexto de reivindicação de independência e inspirados pelas ideias do pan-africanismo, a República Sudanesa (antigo Mali) e Senegal formaram a Federação do Mali em 1959, em um importante processo de integração no continente africano. Tal processo culminou na independência da Federação perante a França em 20 de junho de 1960. Porém, aliança foi rompida dois meses depois por divergências internas, principalmente em questões políticas e ideológicas de Leopold Senghor e de Modibo Keita. Segundo Diallo, a Federação do Mali serviu para testar as diferentes forças sociopolíticas, internas e externas dos países da África Ocidental Francesa, sobretudo no que se refere ao interesse de elites e de grupos de interesse frente à união do continente e à França (DIALLO, 2011, p. 59). Dessa forma, enquanto Keita defendia uma opção socialista e militava em favor da africanização radical, Senghor preferia a liberalização econômica, o regime político ocidental e a continuação da moeda Franco CFA, em um claro alinhamento à metrópole.

Modibo Keita, líder na independência, tornou-se, então, o primeiro presidente da República do Mali, com um projeto socialista calcado na construção de planos quinquenais de modernização para consolidar o Estado, com o apoio da União Soviética. Contudo, os resultados não foram os mais promissores, com a elevação da inflação a um patamar de 20%

ao ano, levando à instabilidade crescente no país, tendo como resultado o regresso do Mali à zona do Franco CFA em 1967 (VISENTINI, 2012a, p. 41). Em 1968, houve um golpe militar liderado pelo Tenente Moussa Traoré. A União Democrática do Povo Malinês, de Traoré, manteve-se no poder até a década de 1990, desenvolvendo tentativas de reformas econômicas, que visavam a tirar o Mali da posição de um dos países mais pobres do mundo. Ademais, seu governo foi marcado por intensa instabilidade política, com alegações de repressão e corrupção. O ambiente pós-Guerra Fria, somado ao desgaste na relação com as forças armadas e com a sociedade, resultou em grandes manifestações urbanas e enfrentamentos no interior, com os tuaregues, o que será melhor trabalhado adiante. Em março de 1991, Traoré foi preso e houve a instalação de um governo de transição.

Oumar Alpha Konaré foi o primeiro presidente eleito no Mali, nas eleições 1992, que contou com apenas 20% dos votantes. O presidente propunha a construção de um governo de unidade, que contou com a busca pela resolução da crise com os tuaregues e com sua composição de gabinete (VISENTINI, 2012b, p. 41). A aprovação de Konaré se deu com sua reeleição em 1997 e com seu partido Aliança pela Democracia no Mali (ADEMA), com maioria no parlamento. Novamente Konaré teve de lidar com a instabilidade advinda das rebeliões tuaregues, bem como das alegações de corrupção e do nível de pobreza do país.

Nas eleições de 2002, o ex-militar Amadou Touré foi eleito, apoiado pessoalmente por Konaré, frente ao candidato da ADEMA, Soumaila Cissé. O novo presidente procurou aprofundar a construção de um governo de unidade para alcançar a estabilidade no Mali. Dessa forma, Touré anistiou o ex-presidente Traoré, bem como nomeou o tuaregue Ahmed Mohamed Ag Hamani como seu primeiro-ministro. Para Visentini (2012b, p.41), no entanto, não houve tal consenso, mas uma fragmentação, pela desintegração da ADEMA e pela oposição, a União Pelo Mali (RPM), com a maioria do parlamento. As eleições de 2007 foram marcadas pela reeleição de Touré, com 71% dos votos, com o apoio da maioria do parlamento. Contudo, a situação se agravou, com a exclusão de opositoristas na composição do gabinete, e com crescente fragmentação política. Em janeiro de 2012, houve uma nova rebelião tuaregue e a incapacidade para lidar com a instabilidade deu lugar a um novo golpe militar, com a ascensão ao poder do Capitão Amadou Sanogo. No entanto, a situação no país segue em impasse, cuja compreensão passa pela análise da questão tuaregue, em específico, na próxima subseção.

3.2.2 Tuaregues

Mesmo que não sejam um Estado, os tuaregues formam um grupo social e político extremamente relevante nas dinâmicas do Deserto do Saara. Perpassar a história de tal povo, para este trabalho, responde à necessidade de compreender a população do deserto. A inclusão do ponto de vista dessas populações se faz bastante importante para compreender as limitações das alegações de terrorismo na área, como aponta Keenan (2009, 2013). Ademais, busca-se compreender o conflito de janeiro de 2013 por suas estruturas históricas e sociais e não apenas de maneira conjuntural.

Com profunda relação com os países da região do Saara e suas construções estatais, o povo tuaregue é tido como nativo na região do deserto do Saara desde o século XIV. São pastores seminômades que se dedicaram ao comércio transaariano com as caravanas. Com a colonização europeia, rupturas sociais ocorreram em todo o continente africano, às quais os tuaregues também foram sujeitos. A insubordinação contra o governo colonial francês começou no início do século XX, tendo como resultado enfrentamentos em 1916, no território do atual Níger. Vale salientar que o povo tuaregue está espalhado pela região do Saara, nos atuais países de Argélia, Burkina Faso, Líbia, Níger, Nigéria, e Mali.

Em relação ao Mali, desde que a capital administrativa foi instalada em Bamako, durante a colonização francesa, foi possível perceber um isolamento da população do norte do país. Em um contexto de agravamento da situação mesmo após a independência em 1960, o Estado sempre teve pouca presença no norte do Mali, fazendo com que as comunidades tuaregues permanecessem fora das relações políticas, o que também pode ser visto no Níger (LOHAMANN, 2011, p. 6). A falta de aceitação do nomadismo – visto como retrógrado, improdutivo e indesejável – pelo novo Estado socialista fez com que houvesse uma perda de poder por parte dos líderes tradicionais, inflamando o conflito, que teve como resultado a primeira rebelião tuaregue, de 1962 (DUARTE, 2013, p. 3, LOHAMANN, 2011, p. 6). As demandas de integração com o Estado foram respondidas com duras medidas coercitivas e com a presença apenas militar no norte do Mali, que tinham o intuito de prevenir qualquer outro foco de violência, resultando em um fluxo de refugiados (KEITA, 1998, p. 10). Vale salientar que, desde os anos 1960, muitos tuaregues foram atraídos para os Estados mais ao norte, como a Líbia, para trabalhar na indústria petrolífera e nas forças militares de Muammar al Kadafi.

No contexto do pós-Guerra Fria, do processo de democratização no Mali, somado às restrições do Fundo Monetário Internacional, à crise econômica, e à seca das décadas de 1970

e 1980 no Norte de Mali e Níger, houve a segunda rebelião tuaregue, com as mesmas demandas de integração e desenvolvimento nas regiões norte desses dois países. Após meses de confrontos, o primeiro acordo de paz assinado entre Mali e os tuaregues, através de mediação da Argélia, ocorreu em 1991. O Acordo de Tamanrasset garantia um imediato cessar-fogo, o fim de alguns postos militares e a criação de uma comissão para resolver as hostilidades, além do comprometimento do Estado de promover a descentralização e o desenvolvimento do norte (LOHAMANN, 2011, p.6).

Com o governo transitório no Mali, houve negociações para a assinatura do Pacto Nacional, de 1992, com mediação da Argélia. Tal acordo de paz terminou oficialmente a rebelião, com a integração de rebeldes tuaregues ao exército malinês e em serviços públicos, bem como com a busca por desenvolvimento em questões econômicas, sociais e culturais na nova região, mais autônoma, de Kidal. No entanto, houve dificuldades e a persistência da violência entre as forças do governo e alguns grupos rebeldes, o que só acabou em 1996, com a assinatura do acordo Chamas da Paz, com a destruição de todas as armas de tais grupos (DUARTE, 2013, p. 4; LOHAMANN, 2011, p. 7). Já no Níger, houve uma tardia resolução do conflito, apenas em 1998, em meio à instabilidade política e econômica.

Em 2006, porém, a situação inflou novamente, com a deserção de tuaregues de postos militares e alegações de insatisfação pelo atraso no cumprimento do Pacto Nacional. Hostilidades tiveram como palco o norte do Mali e a região de Agadez, no Níger, nos anos de 2007 e 2008 (DUARTE, 2013, p. 4). Posteriormente, houve a assinatura do Acordo de Argel, nos mesmos moldes do Pacto Nacional. Até 2010, quase toda a estrutura de comando do exército malinês situado no norte foi substituída por expandir e fortalecer suas capacidades, com a presença de unidades especiais tuaregues.

Em 2012, no Mali, grupos insurgentes tuaregues ocuparam estrategicamente partes do norte do país, nas cidades de Gao e Timbuktu, o que resultou em escalada da violência entre rebeldes e forças governamentais. A instabilidade política levou à deposição do governo de Touré por um golpe militar, em março de 2012. A demanda dos insurgentes por um Estado Tuaregue se confirmou com a declaração de independência do Estado Azawad em abril de 2013, encabeçado pelo Movimento pela Libertação do Azawad (MNLA). Tal movimento, apesar de notadamente possuir um caráter étnico, tem objetivos essencialmente políticos, “haja vista que tentam separar a região habitada pelo grupo tuaregue ou, alternativamente, conquistar um alto grau de autonomia frente a Bamako” (PENNA FILHO, 2013, sem paginação). A questão da etnicidade aparece, portanto, no agrupamento cultural e étnico proposto pelos tuaregues, frente à alegada negligência do governo central. Seu argumento de

autodeterminação é, portanto, político.

Contudo, há indícios de que o MNLA se aliou ao grupo islâmico radical Ansar Dine, que defende a imposição da lei islâmica (*sharia*) e que é muitas vezes conectado ao grupo Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) (DUARTE, 2013, p. 5). No entanto, como aponta Pio Penna Filho (2013), o Ansar Dine surgiu no primeiro semestre de 2012 e tem como liderança um antigo quadro do MNLA, Iyad Ag Ghaly, não caracterizando tal grupo como ligado ao MNLA, e sim como uma “aliança circunstancial”. Nesse contexto, para o autor, o conflito atual é caracterizado pelo avanço de grupos jihadistas em direção à Bamako e possui uma conotação diferenciada, já que “o MNLA praticamente saiu de cena”, marginalizado e derrotado (PENNA FILHO, 2013, sem paginação). Pio Penna (2013) aponta também que mercenários e tuaregues apoiados por Kadafi voltaram da Líbia com armas, após a queda do Presidente, e formam o grupo de extremistas islâmicos do Ansar Dine e da Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO). A diferença entre o MNLA e os grupos extremistas seria, portanto, que o primeiro segue uma lógica político-separatista, enquanto que os fundamentalistas buscam seguir a fé islâmica mais ortodoxa. Ainda, vale notar que existe uma disputa entre o MUJAO, a AQIM e o Ansar Dine no norte da África, sem exatidão para suas forças militares e políticas em relação à crise.

3.2.3 Argélia

Willis apresenta que os sistemas políticos que emergiram depois da conquista da independência, na região do Saara, são claramente o produto de forças, experiências e influências passadas (WILLIS, 2012, p. 9). Contudo, há de se somar desenvolvimentos recentes para entender a gênese de um Estado no Magreb. Nesse contexto, vale destacar que apesar das fortes influências políticas e sociais de Europa, África Subsaariana e Oriente Médio, pela geografia do Norte da África, existe uma importância bastante grande dos agentes locais.

A formação estatal argelina remete à chegada dos berberes, aproximadamente no ano 2000 a.C., com formações políticas predominantemente tribais que refletem alguns aspectos da competição política na Argélia contemporânea (WATERBURY, 1970, BENOUBE, 1991). Apesar de diversas invasões (fenícios, romanos, bizantinos), a chegada dos árabes, no século VII, trouxe mudanças políticas mais significativas para a formação da Argélia: a introdução do Islã e da língua árabe (WILLIS, 2012, p. 12). A região foi alvo de disputas de diversos impérios que avançaram sobre o Saara, como as dinastias berberes dos Almorávides e dos

Almóadas, entre os séculos XI e XV, que estabeleceram uma unidade política, cultural e religiosa na região. Outra disputa levou o Norte da África para a órbita de influência do Império Otomano no século XVI. O controle otomano se deu através do estabelecimento de “regências” em cidades estratégicas, como Trípoli, Argel e Tunis, aprofundando diferenças entre os futuros Estados da região, para a administração e arrecadação de impostos. Uma consequência importante para a Argélia foi o começo da dicotomia persistente entre áreas urbana e rural (WILLIS, 2012, p. 17).

Vale lembrar que a dominação otomana no norte do continente africano terminou com a Primeira Guerra Mundial. No entanto, mais especificamente na Argélia, em 1830, uma pendência comercial fomentou o desembarque de tropas francesas de Napoleão III, iniciando um processo de dominação que durou 132 anos (VISENTINI, 2012b, p. 21). Para controlar o território argelino firmemente, três ações foram tomadas pelo sistema de defesa francês, segundo Willis (2012, p. 20): (1) as estruturas políticas da antiga regência otomana e tal elite foram substituídas por controle direto político e militar francês; (2) a resistência armada argelina foi militarmente derrotada, ainda no século XIX²⁴, com seguidas medidas de repressão da população em geral para assegurar a não ocorrência de novos movimentos contestatórios; e (3) a migração em grande escala de colonos da Europa para a Argélia foi encorajada, chegando a um número de aproximadamente meio milhão de pessoas até 1880. As consequências foram traumáticas, com estruturas políticas destruídas pela colonização, bem como uma baixa nos números de argelinos.

No século XX, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, novas formas de oposição, mais politizadas e críticas começaram a se formar na região do Magreb. Em contraste com revoltas baseadas no campo, esses novos grupos estavam se formando nas cidades, usando novas estruturas organizacionais para propagar novas ideologias, como uma religião reformista e ideais de socialismo e nacionalismo. Na Argélia, para Willis (2012, p. 27), a oposição era bastante fragmentada, com elementos da elite educada por franceses – que demandavam os mesmos direitos dos colonos para a população argelina –, com religiosos influenciados pelo movimento salafista – que buscavam o retorno a valores e práticas originais dos muçulmanos –, e com os radicais nacionalistas – trabalhadores argelinos que

²⁴ Resistência armada substancial e coordenada foi feita contra a França por Amir Abd Al-Qadir nos anos de 1830 e 1840. Com maior influência no campo, Amir obteve sucesso ao unir dois terços da Argélia sob seu controle contra o domínio francês. Willis aponta que Amir é considerado um dos primeiros fundadores do Estado argelino até suas revoltas serem destruídas pelo exército francês, em 1847. As manifestações finais e mais sérias do século XIX ocorreram em 1870, resultando na destruição e nem uma repressão bastante pesada por parte dos franceses, “que efetivamente destruiu as esperanças da população nativa argelina e também sua habilidade de promover uma nova resistência por uma geração” (WILLIS, 2012, p. 23).

migraram de volta para seu país, com novos ideais proletários e socialistas.

Nos anos 1940, os movimentos nacionalistas no Magreb passaram a um confronto direto com as autoridades coloniais, como na revolta da Cabila, em 1945 (20 mil mortos), resultando, na década de 1950 em uma escalada da violência, com insurreição armada. Em 1º de novembro de 1954, houve o começo de uma das mais sangrentas e longas lutas de independência africanas, com a insurreição lançada pela organização Frente de Libertação Nacional (FLN). A presença de aproximadamente um milhão de colonos franceses e o fato de a Argélia ser uma parte formalmente integrada à França desencadearam a violência que matou entre 500 mil e 1 milhão de pessoas. Oito anos de guerra obrigaram o governo da metrópole a reconhecer os direitos dos argelinos em 1962, com a assinatura dos acordos de Evian. Os acordos estabeleciam o cessar-fogo e a realização de um plebiscito, que levou à independência em 5 de julho de 1962 (VISENTINI, 2012, p. 21).

Em setembro do mesmo ano, Ahmed Ben Bella, um dos fundadores da FLN, subiu ao poder²⁵ e encontrou no país um deserto em relação a centros de comunicação, prefeituras e administração em geral, além de um imenso vácuo em serviços técnicos depois da independência, formando um cenário mais complexo de desafios do que se acreditava ser o fenômeno de libertação (OTTAWAY, 1970, p. 10). Ben Bella tinha o apoio do Exército de Libertação Nacional (ALN), liderado por Houari Boumedienne, garantindo uma aliança entre o partido líder e a administração militar para a fundação do Estado pós-colonial. O plano econômico do novo governo foi de nacionalização das empresas estrangeiras e de um sistema de autogestão na agricultura e na indústria.

Quanto a suas instituições políticas, a Argélia se tornou um Estado de sistema de partido único com um forte chefe de Estado, segundo a constituição de 1963. Até o ano de 1965, Ben Bella passou a acumular uma série de funções, dominando o cenário político da Argélia e marginalizando outros nomes. Dessa forma, o chefe de Governo também se tornou Secretário-Geral da FLN e esteve no comando dos ministérios do Interior, Finanças e da Informação. Contudo, a política unilateral e personalista de Ben Bella levou-o a negligenciar a ALN e o exército para garantir cargos para sua própria rede de apoiadores. A instabilidade gerada, somada à falta de Estado, levou à ascensão ao poder de Boumedienne e do Conselho

²⁵ Houve uma grande luta pelo poder na Argélia de julho a setembro, entre facções da Frente Nacional de Libertação, FLN. O Governo Provisório da República Argelina (GPRA) e o Exército de Libertação Nacional (ALN) buscaram consenso na conferência, em Trípoli, no Conselho Nacional para a Revolução Argelina (CNRA). Contudo, a rivalidade ficou mais evidente nesse momento, que escalou para enfrentamentos e violência, com aproximadamente 100 mortes, até o cessar-fogo em 5 de setembro. Com a vitória da ALN e a marginalização de qualquer processo eleitoral, houve o apontamento da nova Assembleia Nacional, que por sua vez, escolheu Ahmed Ben Bella como presidente. Para mais informações, consultar Willis (2012).

Revolucionário em 1965. Para Willis (2012, p. 49), a passagem de poder de Ben Bella para Boumedienne marcou efetivamente o fim da luta de poder no pós-independência na Argélia, no sentido em que o novo presidente buscou adotar estruturas políticas que caracterizam o Estado desde então.

Fica evidente o poder do exército no governo da Argélia, que não estava disposto a aceitar o segundo plano na cúpula de decisão do país. Durante seu governo, houve um fortalecimento do Estado socialista, com a criação de diversos ministérios, especialmente em setores chave econômicos e sociais. Sua construção de poder se deu durante os anos em que Boumedienne permanecia no poder, com bases sólidas (como, por exemplo, com a Constituição de 1976 e a eleição no mesmo ano) e personificadas, em um longo espaço de tempo em que o presidente conseguiu controlar as elites do país. Houve também, no setor econômico, uma ampliação de nacionalizações e programas para uma rápida industrialização, sobretudo nos setores de hidrocarbonetos, como gás e petróleo, em uma expansão sem precedentes (VISENTINI, 2012b, p. 22).

Com a morte de Boumedienne em dezembro de 1978, os militares do Exército Nacional Popular (ANP) permanecem no poder e apontaram o Coronel Chadli Benjedid, da FNL, para a presidência nas novas eleições, que foram feitas na Assembleia Nacional. Com seu governo, houve uma política de distensão, com a libertação de Ben Bella (preso desde 1965), redução de impostos e suspensão de restrições a viagens ao exterior. O novo presidente incrementou as fundações ideológicas do socialismo argelino, o que se somou à instabilidade econômica, vinda da queda de preços do petróleo, e social, vinda das manifestações, resultando num aumento na progressiva influência islâmica na política. Nesse contexto, somado a processos de fraturas dentro da FNL, além da incapacidade moral de Benjedid de comandar o exército, houve a proposta, por parte de Benjedid, de uma nova Constituição. A proposição de abertura para eleições multipartidárias teria o intuito de reduzir o poder dos militares, bem como fazer um experimento para promover aliados (WILLIS, 2012, p. 99). No entanto, grupos islâmicos criaram um movimento próprio, a Frente Islâmica da Salvação (FIS), para participar das eleições. Nas eleições de 1991, o FIS ganhou a maioria na Assembleia Nacional, além de postos importantes em diversas cidades e assembleias regionais, o que surpreendeu os líderes políticos argelinos e pressionou os militares, que abertamente falavam em intervenção. Posteriormente, o exército e Bendjedid dissolveram o parlamento e o presidente abdicou do poder em janeiro de 1992 (VISENTINI, 2012b, p. 22).

Em uma intervenção militar, o Alto Conselho de Segurança cancelou as eleições e nomeou membros para o Conselho Superior de Estado (HCE) para governar o país.

Muhammad Boudiaf, da FLN, voltou do exílio e se tornou o novo líder do país. Pelos protestos sobre o cancelamento do segundo turno, houve a declaração de estado de emergência e a proibição das atividades do FIS. Nesse contexto, estourou a guerra civil na Argélia, travada entre facções radicais de movimentos islâmicos e as forças de segurança do governo. Os islamitas se dividiram em Exército Islâmico da Salvação (AIS) e Grupo Islâmico Armado (GIA). Do último, já fazia parte a facção Grupo Salafista pela Pregação e Combate (GSPC). O GIA surgiu em 1991 como um grupo ligado ao movimento islamita, que utilizava medidas terroristas contra o governo. Em contrapartida, o FIS criou o AIS para fazer com que o partido voltasse à legalidade. Dessa forma, o GIA sofreu um processo de condenação por parte, inclusive, dos islamitas, sendo equivocado atrelar tal movimento diretamente ao FIS (HARMON, 2010, p. 14). No final da década de 1990, outra dissidência do GIA é criada, ainda mais extrema e concentrada em ataques às forças de segurança.

Os eventos da guerra civil, desde a renúncia de Chadli, representaram movimentos militares altamente conectados com a política nacional, não havendo dúvidas de que o exército era a instituição em pleno controle do governo e do regime. No entanto, apesar de serem o esqueleto e a essência do regime argelino desde a independência, os militares não estavam dispostos a assumir publicamente o poder político. Nesse contexto, a definição de “*hedjab*” de Yefasah (*apud* WILLIS, 2012) que significa cobertura, aponta que existe a necessidade pelos militares na Argélia ter seu poder revestido pela existência da FLN (WILLIS, 2012, p. 105). O resultado disso é a tentativa de possuir figuras civis ou revolucionários fundadores da FLN que lutaram na guerra contra a França, como Boudiaf, e, após seu assassinato, Ali Kafi e Liamine Zeroual, sendo apontados pelo Conselho Superior de Estado para a candidatura. Vale salientar que a relação entre exército e presidentes tem se mostrado peculiar, desde a ascensão de Ben Bella no pós-independência, com espaço para que haja substituição de comandantes conforme os interesses militares. Em abril de 1999, houve a eleição²⁶ de Abdelaziz Boutflika, da FLN, com o fim da luta armada e da guerra civil e a consolidação do cessar-fogo. A contabilização de mortos de tal guerra varia entre 100 mil e 200 mil de pessoas, de 1992 a 1998.

A facção mais extremista do GIA seria, então, o GSPC, que, em 2000, passou a aderir à

²⁶ As eleições na Argélia fazem parte de uma relação peculiar entre o executivo e o legislativo: o presidente, também chefe das forças armadas, é indicado por maioria no parlamento, formado por 389 membros da Assembleia Nacional e 144 do Conselho Nacional. Dessa forma, o presidente Boutflika, por exemplo, foi indicado pela coalizão dos partidos Reunião Nacional para a Democracia (RND), Frente de Libertação Nacional (FLN) e Movimento para a Sociedade da Paz (MSP). Após a indicação, o presidente é eleito por voto popular via sufrágio universal, para um mandato de cinco anos. Ademais, o presidente nomeia o primeiro ministro, que nomeia o Conselho de Ministros, que, por sua vez, é comandado pelo próprio presidente (VISENTINI, 2012, p. 24).

ideologia de Jihad Global, ainda defendendo o estabelecimento de um Estado Islâmico na região. Contudo, suas atividades e influência não eram muito conhecidas internacionalmente pela conexão com o terrorismo até 2003, quando do sequestro dos 32 turistas europeus. Como referido anteriormente, a partir de então, o líder Amari Saifi passou a ser procurado pelo Departamento de Inteligência e Segurança da Argélia (DRS), com suposta ajuda dos EUA e do comando americano na Europa.

Em 2004, Bouteflika foi reeleito com maioria esmagadora, mesmo com alegações de fraude. No ano de 2008, Bouteflika, com o apoio das forças armadas e do parlamento, modificou a Constituição para uma nova reeleição. Ademais, Bouteflika parece bastante hábil em construir um perfil próprio internamente, através de seu projeto de reconciliação nacional, que busca a garantia de anistia para todos os grupos que estão dispostos a participar de eleições democráticas como partidos políticos. Esse perfil também se aplica externamente, com o presidente passando a ser ativo no cenário internacional, revigorando a diplomacia argelina, que havia perdido força com a guerra civil, com participações em fóruns internacionais.

Em relação ao terrorismo na Argélia, a partir de 2006, o GSPC se declarou responsável por uma série de atividades terroristas no Mali e na Mauritânia, além de atividades criminosas, como tráfico de cigarros, drogas e pessoas. Em 2007, o grupo foi formalmente integrado à rede Al Qaeda, com a mudança de nome para Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM). Para Harmor (2010, p. 16), as consequências da integração foram o enfraquecimento do processo da anistia e conciliação nacional de Bouteflika, além da adoção de práticas terroristas próprias da Al Qaeda, em um novo tipo de ofensiva, com o uso de bombas suicidas e propagação de vídeos. No entanto, como aponta o mesmo autor, a evolução do GSPC afetou a segurança da região por ser utilizada como pretexto por Argélia e Estados Unidos em relação à instabilidade. Ainda, vale salientar que, apesar de o foco ter mudado, da guerra santa contra o inimigo próximo para o distante, a evolução da AQIM na Argélia pode estar mais relacionada à necessidade de sobrevivência do que considerações ideológicas.

Em 2011, com a Primavera Árabe, mesmo em menor proporção, houve protestos na Argélia, principalmente nas grandes cidades. Para Visentini (2012b, p.23), a Primavera Árabe é consequência da crise econômica de 2008, graças aos ajustes econômicos feitos, como corte de subsídios à alimentação, e ao aumento de preços internacionais dos alimentos. Nesse sentido, as medidas fiscais impostas em 2011, com o objetivo de diminuir o peso da informalidade na economia da Argélia, fizeram com que o imposto sobre o consumo aumentasse, juntamente a impostos sobre operações financeiras, resultando em um aumento

de preços por parte dos empresários. Ademais, o desgaste do regime se deu pelo fato de que a população, que tolerava a corrupção em diversos níveis governamentais, havia perdido seus benefícios sociais e sofria com o alto índice de desemprego, especialmente entre os jovens e diplomados, que antes trabalhavam em setores informais. As manifestações se deram também por questões estruturais, sendo a Argélia um importante país exportador de petróleo e gás e com um PIB alto (US\$ 198 bilhões em 2011, segundo o IBGE), que não repassa tal riqueza para a população.

Uma demanda atendida durante a Primavera Árabe foi a da revogação do Estado de emergência no país, de 19 anos, que criminalizava protestos. Mesmo assim, a permissão de protestos só foi concedida fora da capital, Argel. Houve também promessas de reformas, como a alteração da Constituição, no intuito de promover a democracia representativa através de uma comissão constitucional. Em maio de 2011, o governo passou a subsidiar alimentos básicos e fez reajustes nos salários de funcionários públicos. Ademais, um processo de consultas para mudanças constitucionais foi condicionado a um referendo que ainda não foi implementado.

Vale salientar que no país não há uma insatisfação generalizada em relação ao governo e às instituições políticas, não havendo uma organização que desafie o regime. A queda do governo não era uma demanda para os manifestantes, mas sim, o eram maiores liberdades políticas e civis. Por isso, as manifestações na Argélia foram pequenas em comparação com os países vizinhos. A memória da guerra civil parece bastante marcante para os argelinos, que esperam estabilidade (VISENTINI, 2012b, p. 23).

3.3 Conclusão do capítulo

No capítulo buscou-se mostrar o debate bibliográfico sobre o objeto de análise deste trabalho e aspectos locais concernentes ao seu entendimento. Para a Argélia, um combate legitimado ao terrorismo se identificaria com a eliminação dos resquícios da oposição islamita armada da guerra civil, agrupada sob a forma GSPC. O Mali propicia a lacuna de soberania estatal sobre o norte de seu território que, junto à exclusão dos tuaregues de suas dinâmicas políticas centrais, daria ao terrorismo o hiato jurisdicional necessário ao estabelecimento de bases para suas atividades. Os tuaregues, enquanto habitantes majoritários da região onde o terrorismo supostamente se desenvolve, possuem uma formação histórica divergente com os processos observados, sendo, mais provavelmente, as possíveis vítimas primárias de uma escalada da atividade militar no local os causadores dela.

4 GRANDES POTÊNCIAS NO SAARA: OS INTERESSES FRANCESES E ESTADUNIDENSES

A posição geográfica do Norte da África coloca a região, concomitantemente, em dinâmicas políticas diferentes, com interações com a Europa, Oriente Médio e África Subsaariana. No entanto, o contexto internacional no qual os países do norte da África se inseriram depois de seus processos de independência, nos anos 1950 e 1960, foi o da Guerra Fria. Durante esse período, países como Argélia e Mali buscaram alinhar-se à política terceiro-mundista, pela construção de regimes socialistas, indo contra a política externa estadunidense e Ocidental. Adicionalmente, questão do conflito entre Israel e Palestina contrapôs e dificultou a interação entre Estados Unidos e alguns países do norte da África. Com o fim da Guerra Fria e as novas prioridades de políticas externas, seja pelas mudanças de regimes no norte da África, seja por percepções relacionadas ao desenvolvimento econômico, houve um aprimoramento das relações entre EUA e tais países.

Nesse contexto, Visentini (2012b, p. 59) afirma que o chamado Arco das Crises deixa de existir como um problema securitário, de competição sistêmica. A correlação de forças no Oriente Médio passou a ser favorável ao Ocidente e a tendência se acentuou com a Guerra do Golfo. Vale salientar que a presença europeia sempre foi uma constante no norte da África, com destaque para o objetivo francês de estabelecer um sistema que mantivesse suas ex-colônias dentro de uma área de influência, garantindo ao país o acesso a recursos como petróleo, madeira e dinheiro (VERSCHAVE, 2004).

O terceiro capítulo deste trabalho tem, então, o objetivo de esclarecer a questão internacional envolvida com o terrorismo no norte da África. No entanto, o recorte aqui proposto tem o intuito de relacionar apenas os Estados Unidos e a França com as dinâmicas na região, em especial no que concerne às alegações de terrorismo. Também serão tratados os diversos mecanismos de segurança encabeçados pelos Estados Unidos, como a Iniciativa Pan Sahel, sua evolução para a Parceria Transaariana Contraterrorismo e para o Comando na África (AFRICOM). Em relação à França, será trabalhada a questão da influência desse país em suas antigas colônias, em especial em relação à Argélia e Mali, contextualizando também os eventos do início de 2013.

4.1 O Saara e os Estados Unidos

Historicamente, a política estadunidense para a área do Norte da África se deu apenas como resposta a questões conjunturais²⁷, dada a influência europeia na região. Para Zoubir (2008, p. 267), a ação dos Estados Unidos para a região se dava por interesses para o estabelecimento e manutenção de relações bilaterais, e não no intuito de criar uma esfera de influência estratégica, militar e econômica. Com os eventos do 11 de setembro de 2001 e a Guerra ao Terrorismo, o Oriente Médio passou a estar mais presente no processo de decisão estadunidense, estando o norte da África dentro do contexto de uma nova percepção de ameaça de expansão terrorista, com países árabes e muçulmanos que poderiam ser aliados e que legitimariam tal processo (WILLIS, 2012, p. 319).

Zoubir (2008, p. 268) aponta que oficiais dos Estados Unidos estavam exageradamente preocupados com a possibilidade da área do norte da África se tornar um espaço de recrutamento da Al Qaeda, pela proximidade com a Europa, e pelo crescente número de eventos terroristas na região. A soma de fatores característicos da região, como grupos radicais islâmicos, Estados fracos, particularmente ausentes na área do deserto, possibilitando possíveis refúgios terroristas, atraiu os olhares estadunidenses para a região (MUNDY, 2010, p. 3). Ainda, a busca por aliados na Guerra ao Terror possibilitou o estreitamento das relações entre Estados Unidos e Argélia, Mali, Mauritânia, Níger, Chade, Marrocos e Tunísia, especialmente no tocante ao terrorismo.

Em relação à Argélia, foi encontrada uma resposta entusiástica de Bouteflika, resultado da busca de uma política externa argelina mais ativa em meio à luta contra o extremismo islâmico, convergente com os propósitos dos Estados Unidos. O receio de o norte da África se tornar um novo palco para as operações da Al Qaeda, dadas: 1) a expulsão do núcleo da organização do Afeganistão e a consequente busca por novos locais de refúgio e treinamento; e 2) a existência de redes terroristas na região, como o Grupo Salafista pela Pregação e Combate. Esta conjunção conduziu à aproximação entre Estados Unidos e Argélia

No entanto, para Harmor, tal grupo terrorista, hoje Al Qaeda no Magreb Islâmico, estaria mais preocupado com sua própria sobrevivência (por meio de contrabando de armas, cigarros e pessoas, para a manutenção da compra de armas), sendo sua ameaça exagerada por Estados Unidos e Argélia para promover seus próprios interesses (HARMOR, 2012, p. 16).

²⁷ Períodos como a Segunda Guerra Mundial e suas consequências na década da descolonização, e no conflito do Saara Ocidental, da década de 1970 a 1980. Ademais, a guerra civil argelina chamou a atenção norte-americana para a região, tida como resultado da fraqueza do Estado, levando os Estados Unidos a ativar um papel de maior proteção e apoio a regimes como no Marrocos e na Tunísia (ZOUBIR, 2008, p. 267).

Na mesma linha, Keenan, em seus livros “The Dark Sahara: America's War on Terror in Africa” (2009) e “The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa” (2013) aponta para uma farsa (*deception*) produzida pelos serviços de segurança de Argélia e Estados Unidos para criar um contexto de terrorismo e instabilidade. Para Zoubir (2009, p. 13), houve uma transformação da dinâmica de segurança da região conforme a construção de uma rede de defesa militar antiterrorista.

Apontam-se como resultados desta conjunção, as diversas instituições propostas pelo sistema de segurança estadunidense. O primeiro órgão militar supranacional no norte da África foi a Iniciativa Pan Sahel (PSI), em outubro de 2002, antes mesmo de atentados terroristas na região. O programa integrou os governos de Mauritânia, Mali, Níger e Chade, sobre o Comando Europeu (EUCOM), para treinamento militar e apoio logístico, em um pequeno orçamento inicial de US\$ 7,75 milhões. Tal medida teria o intuito de “prestar assistência na proteção de fronteiras (...) [dos países], através de apoio aos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos de promoção da guerra ao terror e fortalecimento da paz e da segurança regional”, reforçando capacidades contra tráfico de armas, drogas e o movimento transnacional de terroristas (MUNDY, 2010, p. 1). Para Keenan (2009), apenas com o sequestro dos 32 turistas europeus, no início de 2003, pelo GSPC, houve alegações de evidências suficientes para a implantação de órgãos militares como o PSI. Para o autor, tal primeiro evento foi arquitetado pelos serviços de inteligência estadunidense e argelino para a consecução de seus objetivos. As atividades do PSI acabaram em 2004, com o grande feito da captura de El Para, líder do GSPC, no Chade (HARMOR, 2010, p. 22).

O sucesso do programa levou a outro projeto militar, de maior abrangência, a Iniciativa (e depois Parceria) Transaariana Contraterrorismo (TSCTI/TSCTP), em 2004, que integraria os demais países envolvidos, como Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Nigéria, Senegal e Burkina Faso, com um orçamento de US\$ 100 milhões para cinco anos (KEENAN, 2013, p. 24). Para o governo dos EUA, a TSCTP seria.

uma estratégia multifacetada que visa à derrota de organizações terroristas pelo fortalecimento de capacidades contraterroristas na região, com a institucionalização de cooperação entre as forças de segurança regionais, por meio de promoção de governo democrático, descrédito das ideologias terroristas e consolidação de laços militares com os Estados Unidos (MUNDY, 2010, p. 1).

Para autores como Keenan e Harmor, a criação desses programas militares representa uma porta de entrada para os Estados Unidos agir na região e promover sua presença por todo o continente africano (KEENAN, 2009; 2013, HARMOR, 2010). Pode-se afirmar que a

evolução do GSPC para a AQIM afetou a situação de segurança regional, iniciando uma presença militar mais contundente dos Estados Unidos no norte da África e em todo o continente, através de um processo de militarização no combate ao terrorismo. A criação do Comando para a África (AFRICOM), em outubro de 2008, foi importante para o tal processo de militarização no continente, contando com um orçamento de US\$ 276 milhões para 2012 e com a base de operações em Stuttgart, na Alemanha (AFRICOM, s/d).

Segundo Archer e Popovic (2007, p. 43), as razões para a presença dos Estados Unidos no Saara se dividiriam em três categorias: 1) uma preocupação genuína com o terrorismo, presente e potencial, na região, que poderia ameaçar os Estados Unidos e a segurança internacional; 2) um esforço estadunidense para controlar as fontes de petróleo e gás na África; e 3) o resultado de projetos oriundos de imperativos criados pelas estruturas militares burocráticas dos Estados Unidos. A primeira explicação seria a utilizada pelo governo estadunidense e seu aparato de defesa, que é rebatida pelos autores com questões pontuais de poucas evidências que conectassem o terrorismo aos Estados do PSI e programas militares relativamente pequenos (em relação aos seus orçamentos) para tanto alarde.

No entanto, a questão da ação preemptiva na região, que seria o argumento mais atrativo para a presença dos EUA na região, se torna problemática, já que o próprio caso afegão - apoiador e protetor da Al Qaeda – refuta a ideia de que grupos terroristas são atraídos por áreas não governadas ou por Estados falidos (ARCHER, POPOVIC, 2007, p. 45). Ainda, é advogada a ideia de que a vigilância e inteligência dos Estados Unidos não teria problema em identificar instalações terroristas de treinamento no Saara, bem como os Estados da região não teriam problemas, mesmo com áreas não policiadas, em alcançar todos os espaços de soberania, como com as rebeliões tuaregues no Mali e no Níger.

A segunda explicação dos autores vai ao encontro do que Jeremy Keenan defende: “Its all about the oil” (ARCHER, POPOVIC, 2007, p. 47). Keenan afirma que os desenhos da política imperialista dos Estados Unidos para a África, diferentemente do que apontam a literatura sobre segurança, seria petróleo e império. Segundo o autor, apesar de apenas 5% da população mundial morar nos EUA, 25% do petróleo é consumido nesse país, se tratando de um problema sério. Citando George W. Bush, “os Estados Unidos são viciados em petróleo, que é frequentemente importado de partes instáveis do mundo”, a segurança energética, portanto, é uma prioridade (KEENAN, 2009, p. 116).

Nesse contexto, foi apresentado, em maio de 2001, o Relatório Cheney, com dados que indicam a necessidade de importação de petróleo, como o aumento de 17% do consumo de energia, de 1991 a 2000, em comparação com a década anterior, frente a aumento de

produção interna de apenas 2,3%. Ainda, as projeções para a década seguinte mostravam que o petróleo produzido pelos EUA, até 2020, supriria apenas 33% do montante total de consumo no país (KEENAN, 2009, p. 119). A principal conclusão do relatório foi de que o volume de petróleo consumido pelos Estados Unidos estaria em ascensão, enquanto sua produção, estagnada ou declinante. Isso significaria que as importações estadunidenses continuariam a crescer, e, até 2020, teriam que suprir dois terços do consumo do país. Segundo Keenan, o Relatório Cheney justificou a urgência e forneceu a legitimação para a política externa estadunidense, para a garantia de acessos seguros de fontes de petróleo e gás, como no concernente à invasão do Iraque, em março de 2003 (KEENAN, 2009, p. 120).

Ainda, no relatório, o petróleo africano, especialmente o subsaariano, se mostra muito importante para os Estados Unidos, origem de 14% das importações do produto, com grande potencial de expansão na próxima década, projetando-se que chegue a 35% até 2015 (KEENAN, 2009, p. 126). Países como Nigéria (quinta maior fonte de importações estadunidenses de petróleo), Gabão, Angola, Congo, Chade (com a presença das empresas petrolíferas ExxonMobil e ChevronTexaco) e Guiné Equatorial têm bastante contato com os EUA para o intercâmbio comercial nessa área. Os países do norte da África, como Argélia e Líbia, também foram incluídos no relatório, com destaque para a produção argelina de petróleo e gás e para relações estreitadas com o fim das sanções líbias, em 2004, pela necessidade do petróleo (KEENAN, 2009, p. 126).

Nesse contexto, para Keenan, no entanto, apesar da principal razão pela qual a África se tornou importante estrategicamente para os Estados Unidos ser o petróleo, a crise energética não pode ser vista como a única variável do processo de decisão em política externa estadunidense. Ainda, o processo de militarização da África também estaria ligado às complexas dimensões da mudança das relações entre o continente e a China (KEENAN, 2009, p. 130).

Para Archer e Popovic (2007, p. 48), não há dúvidas de que o petróleo africano seja importante para as necessidades energéticas dos Estados Unidos, mas não está claro como a militarização, por meio do PSI e da TSCTI, estaria correlacionada a isso. Ademais, “tais programas seriam muito pequenos, estariam em posição errada e não foram configurados de maneira correta para ser nada mais que minimamente útil para assegurar os acessos estadunidenses às fontes de hidrocarbonetos no nordeste africano” (ARCHER, POPOVIC, 2007, p. 50).

A terceira explicação, alternativa, de Archer e Popovic (2007, p. 50) sobre a presença dos Estados Unidos no norte da África seria a do “imperativo burocrático”. Assim, as

motivações para os programas PSI e TSCTI foram resultado de competição burocrática entre os militares e outras partes do governo dos Estados Unidos, com intenso *lobby* de grupos de interesse que defendiam uma maior presença militar no continente africano. Vale notar que contingentes militares, diplomáticos e de inteligência sofreram uma reorientação com os atentados de 11 de setembro, para a guerra global ao terror. A divisão de atividades militares estadunidenses no Oriente Médio e na África, respectivamente, em Comando Central (CENTCOM) e o Comando Europeu (EUCOM), fizeram com que houvesse “uma busca por mais meios inovadores de uso ativo para lutar contra a ameaça terrorista”, por parte do EUCOM, segundo o diretor dessa unidade, General Wald (ARCHER, POPOVIC, 2007, p. 52). A competição entre essas duas entidades se daria pelos recursos limitados pelo fortalecimento da relevância de suas burocracias, na justificação de alocações de força e de orçamento.

Com o respaldo do presidente George W. Bush, foi iniciada a introdução de um processo de institucionalização da militarização como combate ao terrorismo através de uma rede de defesa que transformou a dinâmica de segurança da região, que resultou em estreitamento das relações dos EUA com os regimes da região, que são, em certo grau, autoritários (HARMON, 2010; ZOUBIR, 2008; ENTELIS, 2008). Nesse sentido, uma contradição importante nas relações dos Estados Unidos com o norte da África é apontada por Storm, no argumento de que, mesmo de uma perspectiva securitária, seria necessário pressionar um processo de democratização na região (STORM, 2009, p. 999). A autora aponta que existe um ciclo vicioso de repressão e radicalização, no norte da África, já que, em primeiro lugar, essa região permaneceu resistente a qualquer mudança de regime nas últimas décadas, com uma oposição fraca, que não constitui ameaça aos governantes²⁸. Nesse ciclo, a oposição moderada costuma ser cooptada pelos regimes, enquanto que a oposição radical é marginalizada politicamente, muitas vezes reprimida e forçada a trabalhar na ilegalidade, tornando seus militantes mais radicais.

Para a autora, há uma clara ligação entre democracia e segurança, já que quando há um apoio, mesmo que indireto, dos Estados Unidos a regimes autoritários, como na Guerra Global ao Terror, parece haver uma licença para reprimir membros da oposição islâmica genuína (STORM, 2009, p. 1013). Dessa forma, a persistência do autoritarismo e da legitimação da repressão com a guerra ao terror é apoiada, forçando os opositores a adotar uma ideologia antissistêmica. Keenan (2013, p. 29) aponta também, na mesma linha, a ideia

²⁸ A publicação do material referenciado é anterior à eclosão dos movimentos contestatórios no Norte da África, denominados “Primavera Árabe”.

de que a Guerra Global ao Terror (GWOT) tem sido usada por todos os regimes na região para reprimir e silenciar a oposição política legítima, através de sua rotulação como “terroristas” ou “extremistas islâmicos”. Ao contrário do que pontuado pelo governo dos Estados Unidos, de que sua presença traz segurança para a região, Keenan advoga que os aparatos securitários, que têm sido fortalecidos pelos Estados do norte da África, ampliam o poder do autoritarismo.

No entanto, não há vontade política de democratização no norte da África, tanto estadunidense quanto dos próprios regimes, relutantes em abrir espaço para participação popular e representação democrática pelo receio da ascensão ao poder de nomes opositores, ou mesmo de radicais islâmicos, que costumam ser a oposição mais organizada nos regimes atuais. Para Zoubir (2008, p. 287), nesse contexto, os tomadores de decisão na política dos EUA enfrentam um dilema: provavelmente buscar a democracia na região resultaria na ascensão de islamistas ao poder. A saída apontada seria a promoção de partidos islâmicos moderados, que não questionem os interesses dos EUA, como o acesso livre às fontes de petróleo e gás e o apoio a Israel. Vale salientar que os atores e as agências estadunidenses estão mais preocupadas com questões ligadas ao tema de segurança do que questões de transformações socioeconômicas e políticas. Isso sugere que o governo dos Estados Unidos, alegadamente defensor da democracia, é mais favorável a alianças com regimes que atendam seus interesses estratégicos do que a busca pela democratização.

Mundy aponta que, para os Estados Unidos, mesmo que a AQIM seja uma ameaça fraca, a militarização e a securitização do norte da África é justificada com o pretexto de prevenção (MUNDY, 2010, p. 5). Portanto, para os Estados Unidos, assim como a instalação de bases para atividades terroristas configurariam uma ameaça justificada pelo discurso da Guerra ao Terror, a crescente relevância do continente africano nos objetivos estratégicos amplia as possibilidades explicativas para a atenção militar por ele destinada a região.

4.2 O Saara e a França

Na metade norte do continente africano esteve o cerne do império colonial francês. A interação francesa com a região tem, dessa forma, intrinsecamente em seus objetivos, a perpetuação de sua influência sobre suas ex-colônias e sobre o continente. Verschave (2004), em seu livro “De la Françafrique à la Mafrafrique”, denomina como “Françáfrica” a forma de neocolonização francesa, em uma política extremamente nociva às ex-colônias, que as mantém dependentes, de certa forma, da metrópole, mesmo depois das independências. Vale

notar que a expressão *Françafrique*, ou Françáfrica, foi cunhada pelo presidente marfinense Felix Houphouet-Boigny em 1956. Para Verschave (2004), existe uma metáfora do “iceberg” para as relações entre o país e o continente: 90% das políticas francesas para a África estão submersas, enquanto os 10% conhecidos fazem da França uma defensora dos direitos humanos e amiga dos africanos.

A gênese de tal política estaria no processo de descolonização, com financiamento de serviços secretos que aumentassem a dependência desses países, não havendo uma ruptura colonial de fato, mas sua transformação em neocolonialismo. De Gaulle estaria envolvido nessa questão, que visava garantir a obtenção de votos nas Nações Unidas, bem como o acesso a recursos naturais de baixo custo, além de financiar o partido gaulista pela garantia da compra de seus produtos (VERSCHAVE, 2004, p. 10). Para alcançar tais objetivos, seria necessário manter, nos países africanos independentes, governantes aliados à França, que garantiriam o envolvimento de seus países na órbita francesa, fornecendo matérias-primas baratas e repassando fluxos financeiros. Em contrapartida, era oferecida a possibilidade de enriquecer através do dinheiro público, com postos sustentados e garantidos pela França. Verschave (2004, p. 16) aponta que a corrupção, o desvio de dinheiro e a negociação mafiosa perpassam todos os estratos sociais dos países africanos e suas relações com a França.

Hoje, a existência da Françáfrica é debatida, até mesmo na mídia. Pode-se alegar que com os governos de Mitterrand, houve um distanciamento francês e, mesmo no governo Sarkozy, com mudanças nesse aspecto, características desse arranjo de poder continuam presentes (VERSCHAVE, 2004, p. 60). Tais continuidades são representadas pela condução de negócios voltados para a aquisição de matérias-primas, como petróleo e urânio, e a criação de mercados para bens de alta tecnologia, especialmente no norte da África, no Marrocos, na Tunísia e na Argélia. Dessa forma, há a manutenção de uma aliança de interesses mútuos, na qual franceses ganham, financeiramente e politicamente, e africanos mantêm seus regimes do poder.

Para os fins desse trabalho, é necessário reconhecer que há uma relação especial, entre França e os países do norte da África. Para Daguzan (2008, p. 331), por 40 anos a França tentou impor sua visão de política externa para os países da região, de forma positiva nas relações diplomáticas mundiais. Há um estranho casamento, segundo o autor, entre França e países como Argélia, Marrocos e Tunísia, suas ex-colônias, bem como Líbia, ex-colônia italiana que entra na esfera de influência francesa. Ainda é possível agregar Mauritânia e Mali nessa complexa relação estabelecida com a ex-metrópole.

Para Daguzan (2008, p. 331), em relação às dinâmicas sistêmicas das Relações Internacionais, quando a França aceitou que a independência seria inevitável, houve a construção de um processo diplomático para contrabalancear a influência da União Soviética e dos Estados Unidos na região, na adequação do paradigma realista, por parte de De Gaulle. Para balancear a influência francesa, ocorreu uma busca pelo idealismo, através da criação da União do Magreb Árabe. No decorrer, com a presidência de Mitterrand, houve o intuito de lançar um modelo socialista nas relações baseadas no reconhecimento e na correção de intercâmbio desigual no comércio. O símbolo de tal política seria o estreitamento com a Argélia, por meio de um vantajoso contrato para o fornecimento de gás. A presença francesa no Norte da África também é sentida em “fatores estruturais”, apontados pelo autor, como na imigração de aproximadamente 4,5 milhões de africanos (do norte), o que afeta a política francesa sobre a região, e também a suavidade com que o país trata a questão dos direitos humanos no norte da África, comparativamente com outros lugares (DAGUZAN, 2008, p. 332).

A crise ocorrida no início do ano de 2013, no norte do Mali, já tratado na subseção sobre esse país, no segundo capítulo, seria um ponto de crítico da exposição dos interesses franceses, da parte submersa do “iceberg”. Tal crise possui raízes que remontam ao processo de formação do Estado do Mali, já revisado no capítulo anterior, sendo o conflito atual caracterizado como a quarta rebelião tuaregue. Como aponta Lohamann (2012, p. 6), é importante analisar a situação não somente como um conflito, mas sim, como um quadro complexo de conflitos que se sobrepõe e se auto agravam. Porém, nesta seção, é objetivado compreender a intervenção francesa na resolução da crise, pontualmente.

A intervenção, que começou oficialmente em 11 de Janeiro de 2013, remodelou a crise no Mali e veio em resposta às ofensivas e ao avanço dos grupos islâmicos MUJAO, Ansar Dine e AQIM, paralelamente à marginalização do movimento tuaregue MNLA. Até então havia, por parte do presidente francês François Holland o intuito de prover apoio logístico e de inteligência, para lidar com a crise, apenas através de medidas multilaterais, no âmbito da ECOWAS, da União Africana e do Conselho de Segurança das Nações Unidas (MARCHAL, 2013, p. 486). Contudo, o interesse mostrado pela França no país, desde maio de 2012, pela questão da crise, se manifestava em diferentes opiniões dentro do governo. O corpo diplomático apoiava a resolução da crise liderada por forças africanas, enquanto que o serviço secreto entendia que, somente com a deliberação das demandas do MNLA e dos tuaregues, seria possível chegar a um acordo. Já os militares acreditaram que uma intervenção “inteligente” seria suficiente para lidar com os insurgentes (MARCHAL, 2013, p. 488).

O apoio por uma determinação multilateral levou à resolução 2056 do Conselho de Segurança da ONU, de julho de 2012, que demandou o estabelecimento de um mapa da situação para alcançar a ordem constitucional, através da proposta de uma força de estabilização da ECOWAS, autorizada em dezembro do mesmo ano, com a resolução 2085, com a denominação de Missão Internacional de Apoio ao Mali sob Liderança Africana (AFISMA). Contudo, a tomada da cidade de Konna, em 10 de janeiro de 2013 mudou a conjuntura do conflito, acelerando os eventos, já que a AFISMA não possuía logística para entrar em operação. Houve, então, o apelo do governo provisório de Dioucounda Traoré ao governo francês para a intervenção. A Operação Serval foi a inserção de um ator novo no contexto da crise, mas já conhecido da população local, o exército francês.

Para a intervenção, a França buscou apoio político, e mesmo logístico, entre os parceiros europeus e os Estados Unidos, além de legitimar a ação dentro do âmbito das Nações Unidas, deixando a participação africana em segundo plano (PENNA FILHO, 2013, s/p.). Forças especiais francesas, bem como infantaria e o aparato aéreo chegaram ao Mali, surpreendendo os grupos radicais pelo ataque repentino de uma maior força militar. Os objetivos primeiros franceses eram de assegurar Bamako frente aos grupos islâmicos, para sua ofensiva e destruir bases. Depois de duas semanas, os militares franceses voltaram seus esforços para a restauração do território do Mali, garantindo a retomada de todas as cidades sobre o governo do Mali, até meados de fevereiro.

Para Marchal (2013, p. 489), a intervenção no Mali não faz parte da estrutura da Françáfrica, dado que presidentes como Mahamadou Issoufou (Níger), Macky Sall (Senegal) e Alpha Condé (Guiné), democraticamente eleitos, bem como Dioucounda Traoré (Mali) apoiavam tal movimento, mostrando a influência africana no processo de decisão francês. Ademais, segundo o autor, nem mesmo o Mali faz parte da área de influência da Françáfrica, dado que, por exemplo, as grandes corporações do país, de algodão e ouro, não são dirigidas por franceses (MARCHAL, 2013, p. 489). Contudo, a permanência de bases militares em diversos países africanos, utilizadas de maneira bastante efetiva na crise do Mali, aparenta o contrário. Ainda, há um paradoxo em relação à afirmação de Hollande de que seu governo não mais interviria diretamente nos assuntos internos africanos, quando da solicitação do presidente da República Centro Africana de intervenção para conter o avanço de grupos insurgentes, em dezembro de 2012 (PENNA FILHO, 2013, s/p.).

Ademais, é importante frisar que tal crise gerou e gera sérias implicações para a segurança internacional da região, com a intervenção da França, além da presença militar estadunidense na região, com o PSI e o TSCTI. Tal dimensão internacional, no entanto,

parece apenas ter como objetivo o combate ao terrorismo, deixando em segundo plano as causas originais do conflito. Vale salientar que, em especial no norte do Mali, a pobreza generalizada é um grande problema, somada à negligência dada pelo governo central em relação à área, abrindo um vácuo de poder. A falta de vontade política em resolver problemas estruturais, como a questão tuaregue, acaba por distanciar uma paz duradoura para a região.

4.3 Conclusão do capítulo

O objetivo deste capítulo foi o de compreender os interesses estrangeiros, bem como seus impactos, no fenômeno que é objeto deste trabalho. Os Estados Unidos e a França são duas potências cujos interesses na região devem ser considerados na compreensão dos determinantes do aumento de atividades militares na região. A disseminação da Al Qaeda após a expulsão do Afeganistão no mundo árabe, deu aos Estados Unidos uma justificativa discursiva para a busca de novos espaços para a promoção de sua Guerra Global ao Terror. A existência de grupos islamistas armados na região, oportuniza este tipo diagnóstico e respostas concernentes. Ao mesmo tempo, o incremento da presença militar dos EUA na região é correlacionada ao aumento dos interesses estratégicos do país na África, particularmente dentro de sua logística de acesso a recursos naturais. Desse modo, os interesses Estados Unidos no Saara como uma fronteira para o terrorismo ficam nebulados entre o discurso securitário e os interesses econômicos e estratégicos.

A França, por sua vez, é por excelência histórica, um ator externo determinante nas políticas da porção ocidental da metade norte do continente africano. Seu império colonial e a sua extensão em uma complexa rede de relações neocoloniais permeiam a formação dos Estados-nacionais independentes da região e dinâmicas centrais da relação entre eles. Ainda que velado em discurso de suporte à estabilidade, a preservação dos interesses econômicos que alimentam as redes da Françáfrica deve ser incluída na compreensão da atuação francesa na crise malesa e na possível ampliação de sua presença em uma eventual intensificação dos combates ao alegado terrorismo na região. A intervenção francesa é um dos momentos históricos que expõe a porção submersa do “iceberg” metafórico da Françáfrica.

A análise dos interesses franceses e estadunidenses converge em apontá-los como centrais na identificação das atividades militares não estatais do Saara com o terrorismo. Seja pelos interesses securitários abertamente manifestados, seja pelos interesses estratégicos e econômicos inferidos, a política externa de França e Estados Unidos parecem ser

componentes explicativos relevantes para a reverberação do Saara como uma nova fronteira do terrorismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho buscou compreender as razões para a qualificação do Deserto do Saara como uma nova fronteira para o terrorismo. Esta análise foi subsidiada pelo estudo de elementos locais e externos à região, que ajudassem a entender o aumento das atividades militares estatais e não estatais no Norte da África. Ao final, a revisão bibliográfica aponta que há mais interesses na alegação do terrorismo na região, que evidências para fundamentar a sua identificação.

No primeiro capítulo, para balizar as discussões subsequentes foi apresentado um quadro conceitual sobre o terrorismo como ação política e social. Desse modo, ainda que pressupostos morais estejam presentes em um qualquer predicado com elevada carga política, o seu tratamento analítico como tal representa pouca utilidade acadêmica para o estudo das relações internacionais. Dessa forma, os atentados de 11 de setembro foram determinantes na polissemia do conceito permeada por seu alto conteúdo pejorativo. Para Fred Halliday (2011), essa disseminação indeterminada faz do termo “tóxico, multidimensional e ultimamente indispensável”, de modo que a sua delimitação se torna condição necessária ao seu emprego acadêmico.

Ao longo do capítulo são ilustradas diversas categorizações de terrorismo. Schmid e Jongman (2005) buscam delimitar um quadro convencional da percepção do termo na comunidade acadêmica ocidental. No entanto, sua análise ao ser convencional é permeada por um elevado conteúdo moral de suas fontes dificultando uma delimitação mais estrita. Martha Creenshaw (2009) oferece um criterioso quadro conceitual especificando diversos elementos que particularizam uma atividade terrorista. A definição de Eugênio Diniz (2004), por sua vez, oferece uma demarcação do conteúdo que separa o conceito de terrorismo de outras atividades. O terrorismo seria, assim como a guerra, uma violência com fins políticos, mas se diferenciaria dela pela discrepância e assimetria entre os atores em conflito, resultando em sua particularidade operacional e no seu objetivo de causar terror, pelo ataque à população civil. Segundo o autor, o objetivo da ação terrorista seria “alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político, qualquer que este seja” (DINIZ, 2004, p. 210).

Adicionalmente, é apresentado um quadro histórico das transformações conotativas do terrorismo como ação política nos termos apresentados. Lacquer (2002) traça a trajetória histórica do conceito desde a história clássica até a contemporânea, passando pela sua gênese terminológica no “terror” jacobino. As quatro tipologias apresentadas de terrorismo presentes

na evolução histórica do termo são importantes nesse aspecto: o terrorismo de Estado, o comunal, o de rebelião, e o de “ansiedade global”. O último tipo seria o identificado, por Halliday, como os atribuídos a Al Qaeda neste século.

Deste modo, a análise do debate acadêmico sobre o conceito de terrorismo oferece duas conclusões para balizar o restante do trabalho. Em primeiro lugar, o terrorismo deve ser caracterizado como uma ação política particular e compreendido pelos seus objetivos políticos, assim como qualquer emprego de violência com fins políticos, que, contudo, se diferencia pelo ataque à população civil no intuito de causar terror. Ao mesmo tempo estes objetivos possuem forte determinação histórica, de modo que deve este tipo de análise é fundamental para compreender a correlação de forças em disputas no conflito que origina a ação terrorista.

Este resgate histórico em busca de elementos locais e de interesses internacionais que possam compreender o quadro em que as alegações de terrorismo surgem e a quem elas favorecem. Neste sentido, no capítulo 2 do trabalho, é apresentado o debate sobre as alegações de terrorismo na região e sobre os atores locais que conformam o ambiente em que as atividades associadas ao terrorismo na literatura se desenvolvem.

A existência ou não de uma ameaça terrorista no Norte da África, no Deserto do Saara, é o eixo sobre o qual circundam as discussões sobre o incremento das atividades militares não estatais e estatais na região. Jacob Mundy (2010) agrupa os autores quanto a esta qualificação. O grupo de autores que identificam a ameaça terrorista na região usualmente associam suas análises a necessidade de uma resposta militar efetiva, capitaneada por países estrangeiros, inserindo os acontecimentos no contexto da Guerra Global ao terror (LYMAN e MORRISON, 2004, HUNT, 2007, SCHEUER, 2007). Por outro lado, uma parcela da literatura é cética em relação a existência de uma ameaça terrorista no Saara, dando ênfase aos interesses envolvidos em tal alegação (KEENAN, 2009, 2013). Por fim, Archer e Popovic (2007) e International Crises Group (2005), buscam um ponto de vista intermediário, aceitando a possibilidade de eventual disseminação do terrorismo na região, mas enfatizando a conjunção política que fomentaria tal alegação.

Na Argélia, a Al Qaeda no Magreb Islâmico é, hoje, o Grupo Salafista pela Pregação e Combate, facção do Grupo Islâmico Armado, braço armado da Frente Islâmica da Salvação (FIS), opositor do governo argelino durante a guerra civil dos anos 1990. Deste modo, ainda que o AQIM/GSPC tenha rompido seus laços com o partido oposicionista islâmico FIS, aquele continua sendo uma das principais forças armadas de oposição ao regime argelino, mesmo que clandestinamente. Deste modo, a identificação do GSPC com o terrorismo se

mostra uma justificativa concernente aos objetivos argelinos de eliminação desse grupo armado de oposição.

O Mali, por sua vez, oferece a lacuna de soberania estatal sobre o norte de seu território que, junto à exclusão dos tuaregues de suas dinâmicas políticas centrais, daria ao terrorismo o hiato jurisdicional necessário ao estabelecimento de bases para suas atividades. Os tuaregues, enquanto habitantes majoritários da região onde o terrorismo supostamente se desenvolve, possuem uma formação histórica divergente com os processos observados, sendo, mais provavelmente, as possíveis vítimas primárias de uma escalada da atividade militar no local os causadores dela.

Por fim, analisou-se atores estrangeiros a região cujos interesses podem compor a oposição que origina as atividades terroristas, ou ao menos fundamenta sua alegação. Os Estados Unidos e a França são duas potências cujos interesses na região devem ser considerados na compreensão dos determinantes do aumento de atividades militares na região. A suposta disseminação da Al Qaeda após a expulsão do Afeganistão no mundo árabe, deu aos Estados Unidos uma justificativa discursiva para a busca de novos espaços para a promoção de sua Guerra Global ao Terror. A existência de grupos islamistas armados na região, oportuniza este tipo diagnóstico e respostas concernentes. Ao mesmo tempo, o incremento da presença militar dos EUA na região é correlacionada ao aumento dos interesses estratégicos do país na África, particularmente dentro de sua logística de acesso a recursos naturais. Desse modo, os interesses Estados Unidos no Saara como uma fronteira para o terrorismo ficam entre o discurso securitário e os interesses econômicos e estratégicos.

A França, por sua vez, é por excelência histórica, um ator externo determinante nas políticas da porção ocidental da metade norte do continente africano. Seu império colonial e a sua extensão em uma complexa rede de relações neocoloniais permeiam a formação dos Estados-nacionais independentes da região e dinâmicas centrais da relação entre eles, na denominada Françáfrica (VERSCHAVE, 2004). Ainda que velado em discurso de suporte a estabilidade, a preservação dos interesses econômicos que alimentam as redes da Françáfrica deve ser incluída na compreensão da atuação francesa na crise malesa e na possível ampliação de sua presença em uma eventual intensificação dos combates ao alegado terrorismo na região. A intervenção francesa é um dos momentos históricos que expõe a porção submersa do “iceberg” metafórico da Françáfrica.

A análise dos interesses franceses e estadunidenses convergem em apontá-los como centrais na identificação das atividades militares não-estatais do Saara com o terrorismo. Seja pelos interesses securitários abertamente manifestados, seja pelos interesses estratégicos e

econômicos apontados na literatura, a política externa de França e Estados Unidos parecem ser componentes explicativos relevantes para a reverberação do Saara como uma nova fronteira do terrorismo.

A revisão bibliográfica realizada sugere, portanto, que a correspondência entre o aumento das atividades militares estatais e não estatais no Saara e o terrorismo internacional ficam subsumida nos interesses de atores locais e de potências estrangeiras. O povo tuaregue, habitante da região tem suas reivindicações por autonomia dissociadas de qualquer movimento sistêmico de ação política por meio do terror. Desse modo, o fundamento das alegações de terrorismo fica restrito a um contexto de pulverização da Al Qaeda, após a intervenção estadunidense no Afeganistão, e aos grupos islamistas locais, cujos objetivos políticos parecem mais vinculados à dinâmica política de cada Estado da região que a uma *jihad* global.

Por outro lado, o combate a estes grupos é um elemento relevante na manutenção do complexo de medidas estabilizadoras do regime da Argélia, ao mesmo tempo que atende aos interesses franceses e estadunidenses na região. Em um ambiente de expansão da demanda por recursos naturais nos EUA, na qual a África desempenha papel-chave, em meio a crescente presença chinesa no continente, a estruturação de condições operacionais para emprego de força militar na região pode parece atender aos objetivos estratégicos e econômico desse país. Ao mesmo tempo, parte da literatura justifica a ameaça real de terrorismo na região como uma causa suficiente para o interesses estratégico norte-americano no Saara. A França, por sua vez, tem na estabilização da região e na manutenção de um ambiente favorável à continuidade de sua rede neocolonial um interesse determinante para qualquer intervenção militar no Norte da África. A relevância destes país para a França torna seus interesses necessários a compreensão de quaisquer desdobramentos do fenômeno estudado.

REFERÊNCIAS

AFRICOM [2013?]. About the Command. *Official Website*. Disponível em: <<http://www.africom.mil/about-the-command>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

ARCHER, T; POPOVIC, T. The Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative. *Finnish Institute of International Affairs Report*, Helsinki, n. 16, 2007.

BENOUBE, M. Socio-Historical Foundations of the Contemporary Algerian State. In EL-KENZ, A. (editor). *Algeria: The Challenge of Modernity*. London: CODESRIA, 1991.

CLINE, L. Counterterrorism Strategy in the Sahel. *Studies in Conflict & Terrorism*, New York, n. 30, v. 10, p. 889-899, 2007.

CRENSHAW, M. The Causes of Terrorism. *Comparative Politics*, New York, n. 13, v. 4, p. 379-399, Jul. 1981.

CRENSHAW, M. Introduction. In: CRENSHAW, M. (Org). *Terrorism, legitimacy, and power*. Middletown: Wesleyan University Press, 1983. p 1-37.

CRENSHAW, M. Introdução: o terrorismo visto como um problema de segurança internacional. In: HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

CRENSHAW, M. Thoughts on relating terrorism to historical contexts. In: CRENSHAW, M. (Org). *Terrorism in context*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1995. p. 3-24.

DAGUZAN, J. France and the Maghreb: The end of the special relationship? In ZOUBIR, Y; AMIRAH-FERNÁNDEZ, H. (org). *North Africa: politics, region, and the limits of transformation*. Abingdon: Editora Routledge, 2008. p. 331-347.

DIALLO, M. A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da Integração regional. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DINIZ, E. *Compreendendo o fenômeno do terrorismo*. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói, 2002.

DINIZ, E. A guerra contra a Al-Qaeda: avaliação e perspectivas. In: HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

DUARTE, G. Crise no Mali: As origens do conflito e os entraves para a resolução. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, n. 10, v. 1, 2013.

ENTELIS, J. Democratic Desires and the Authoritarian Temptation in the Central Maghreb. In ZOUBIR, Y; AMIRAH-FERNÁNDEZ, H. (org). *North Africa: politics, region, and the limits of transformation*. Abingdon: Editora Routledge, 2008. p. 9-30.

GÈZE, F; MELLAH, S. “Al-Qaida au Maghreb” ou la très étrange histoire du GSPC algérien. *Algeria Watch*, Berlin, 2007. Disponível em: <http://www.algeria-watch.org/fr/aw/gspc_etrange_histoire.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

HALLIDAY, F. Terrorism in historical perspective. *Open Democracy*, Londres, 2011. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/conflict/article_1865.jsp>. Acesso em: 25 nov. 2013.

HARMON, S. From GSPC to AQIM: The evolution of na Algerian Islamist terrorist group into an Al-Qa‘ida Affiliate and its implications for the Sahara-Sahel region. *Concerned Africa Scholars Boulletin*, n. 85, p. 12-29, spring 2010. Disponível em: <<http://concernedafricascholars.org/docs/bulletin85.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

HOFFMAN, B. *Inside terrorism*. New York: Columbia University Press, 2006.

HUNT, E. Islamist Terrorism in Northwestern Africa: A ‘Thorn in the Neck’ of the United States? *The Washington Institute for Near East Policy Policy Focus*, Washington, n. 65, 2007. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/islamist-terrorism-in-northwestern-africa-a-thorn-in-the-neck-of-the-united>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Islamist Terrorism in the Sahel: Fact or Fiction? *Africa Report*, Brussels, n. 92, 2005. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/west-africa/092-islamist-terrorism-in-the-sahel-fact-or-fiction.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

JEBNOUN, N. Is the Maghreb the “Next Afghanistan?”: Mapping the radicalizations of the

algerian salafi jihadist movement. *Centre for Contemporary Arab Studies Occasional Papers*, Washington, 2007.

JENKINS, B. International terrorism: trends and potentialities. *Journal of International Affairs*, New York, n. 32, v. 1, p. 115-123, 1978.

JENKINS, B. The New Age of Terrorism. In RAND. *Terrorism Beyond Al-Qaida*. Santa Barbara: RAND, 2006. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/reprints/2006/RAND_RP1215.pdf> Acesso em: 25 nov. 2013.

KEENAN, J. *The Dark Sahara: America's War on Terror in Africa*. London: Pluto, 2009.

KEENAN, J. *The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa*. London: Pluto, 2013.

KEITA, K. *Conflict and Conflict Resolution in the Sahel: The Tuareg Insurgency in Mali*. Washington: Strategic Studies Institute, 1998.

LAQUEUR, W. *A history of terrorism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.

LAROUI, A. *L'Histoire du Maghreb: Un Essai de Synthèse*. Casablanca: Centre Culturel Arabe, 1995.

LOHMANN, A. Who Owns the Sahara? Old Conflicts, New Menaces: Mali and the Central Sahara between the Tuareg, Al Qaida and Organized Crime. *Friedrich-Ebert-Stiftung*, Abuja, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/08181.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

LYMAN, P; MORRISON, J. The terrorist threat in Africa. *Foreign Affairs*, New York, n. 83, v. 1, p. 75-86, 2004.

MARCHAL, R. Briefing Military (mis)adventures in Mali. *African Affairs*, Oxford, n. 112, v. 448, p. 486-497, 2013.

MESSARI, N. Terrorismo nas Relações Internacionais: lições do passado, ações do presente. In: HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

MUNDY, J. Introduction: Securitizing the Sahara. *Concerned Africa Scholars Bulletin*, n. 85, p. 1-11, spring 2010. Disponível em: <<http://concernedafricascholars.org/docs/bulletin85.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

OBI, C. Terrorism in West Africa: Real, emerging or imagined threats? *African Security review*, Adis Ababa, n. 15, v. 3, p. 87-101, 2005. Disponível em: <http://www.issafrica.org/uploads/OBI15_3.PDF>. Acesso em: 25 nov. 2013.

OTTAWAY, D; OTTAWAY, M. *Algeria: The Politics of a Socialist Revolution*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1970.

PENNA FILHO, P. *Jihadismo e Intervenção Francesa no Mali*. Mundorama, Brasília, 2013.

RABELLO, A. *O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RUEDY, J. Historical Influences on Intra-Regional Relations in the Maghrib. In BARAKAT, H. (editor). *Contemporary North Africa: Issues of Development and Integration*. Londres: Croom Helm, 1985.

RUEDY, J. *Modern Algeria: The Originis and Development of a Nation*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

SCHMID, A; JONGMAN, A. *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. New Jersey: Transaction Publishers, 2005.

STORA, B. *Algeria 1830-200: A Short History*. Nova Iorque: Cornell University Press, 2001.

SCHEUER, M. Al-Qaeda and Algeria's GSPC: Part of a much bigger picture. *Terrorism Focus* 4, The Jamestown Foundation, Washington, n. 8, p. 4-6, 2007. Disponível em: <<http://www.freerepublic.com/focus/f-news/1813585/posts>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

STORM, L. The Persistence of Authoritarianism as a source of radicalization in North Africa. *International Affairs*, London, n. 85, v. 5, p. 997-1013, 2009. Disponível em: <http://studium.unict.it/dokeos/2011/courses/1001283C0/document/storm_IA2009.pdf> Acesso em: 25 nov. 2013.

- VERSCHAVE, F. *De la Françafrique à la Mafiafrique*. Bruxelas: Tribord, 2005.
- VIOLA, E. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. In: HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.
- VISENTINI, P. *A Primavera Árabe: entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012a.
- VISENTINI, P. Os Países Africanos: Diversidade de um Continente. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012b.
- WATERBURY, J. *The Commander of the Faithful: The Moroccan Elite: A Study in Segmented Politics*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1970.
- WEBER, M. A política como vocação. In *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, s.d.
- WILLIS, M. *Politics and Power in the Maghreb: Algeria, Tunisia and Morocco from independence to the Arab Spring*. New York: Columbia University Press, 2012.
- ZARTMAN, I; HABEEB, W. (org). *Policy and Society in Contemporary North Africa*. Boulder: Westview, 1993.
- ZOUBIR, Y. The United States, Islamism, Terrorism, and Democracy in the Maghreb: Predominance of Security? In ZOUBIR, Y; AMIRAH-FERNÁNDEZ, H. (org). *North Africa: politics, region, and the limits of transformation*. Abingdon: Editora Routledge, 2008. p. 266-293.
- ZOUBIR, Y; AMIRAH-FERNÁNDEZ, H. (editores). *North Africa: Politics, Region and the Limits of Transformation*. Abingdon: Routledge, 2008.

**ANEXO A – TABELA DE FREQUÊNCIA DE ELEMENTOS DEFINICIONAIS EM
109 DEFINIÇÕES DE SCHMID E JONGMAN**

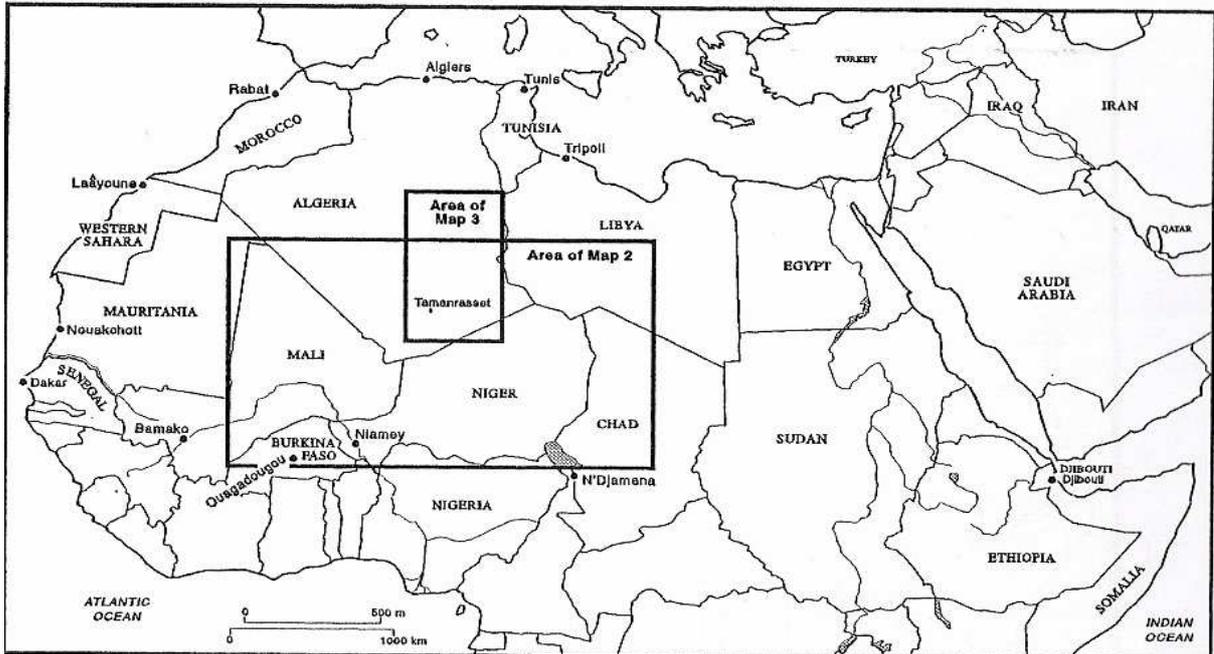
Table 1.2. Frequencies of Definitional Elements in 109 Definitions.⁹

<i>Element</i>	<i>Frequency</i>
1. Violence, force	83.5%
2. Political	65 %
3. Fear, terror emphasized	51 %
4. Threat	47 %
5. (Psych.) effects and (anticipated) reactions	41.5%
6. Victim-target differentiation	37.5%
7. Purposive, planned, systematic, organized action	32 %
8. Method of combat, strategy, tactic	30.5%
9. Extranormality, in breach of accepted rules, without humanitarian constraints	30 %
10. Coercion, extortion, induction of compliance	28 %
11. Publicity aspect	21.5%
12. Arbitrariness; impersonal, random character; indiscrimination	21 %
13. Civilians, noncombatants, neutrals, outsiders as victims	17.5%
14. Intimidation	17 %
15. Innocence of victims emphasized	15.5%
16. Group, movement, organization as perpetrator	14 %
17. Symbolic aspect, demonstration to others	13.5%
18. Incalculability, unpredictability, unexpectedness of occurrence of violence	9 %
19. Clandestine, covert nature	9 %
20. Repetitiveness; serial or campaign character of violence	7 %
21. Criminal	6 %
22. Demands made on third parties	4 %

Fonte: SCHMID; JONGMAN (2005).

ANEXO B – MAPAS

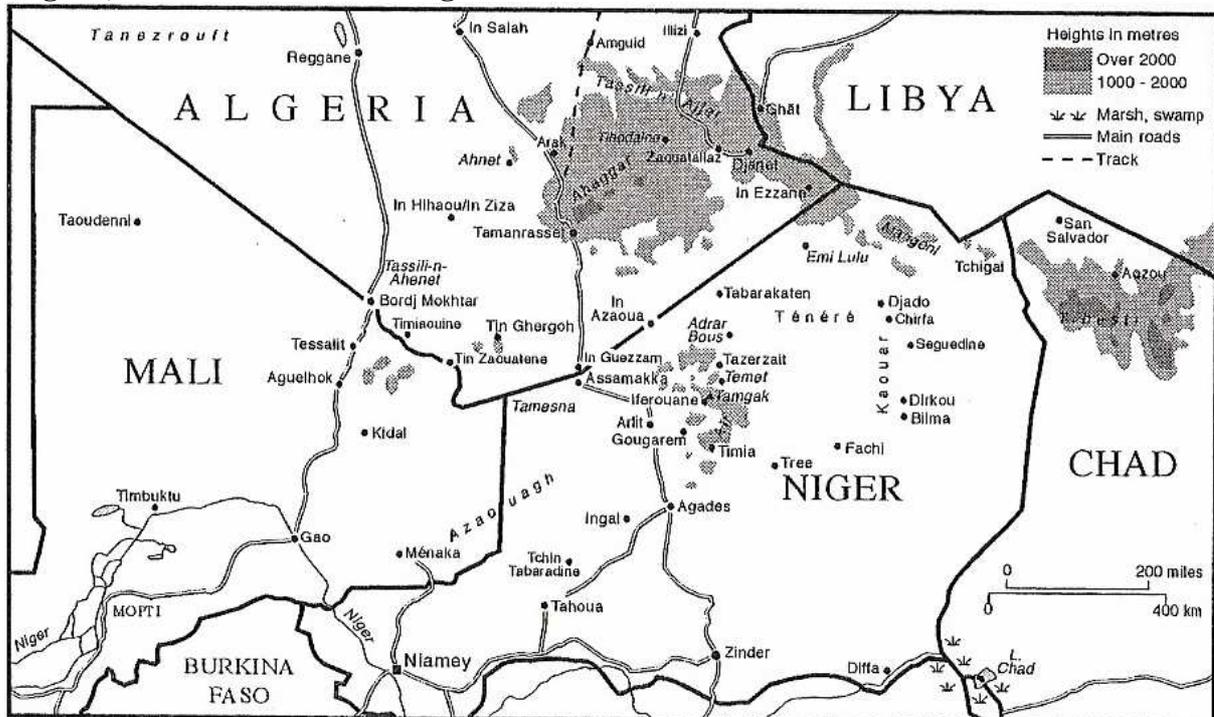
Figura 1 – Mapa político do Norte da África



Map 1 Northern Africa (Catherine Lawrence)

Fonte: KEENAN, 2009, p.

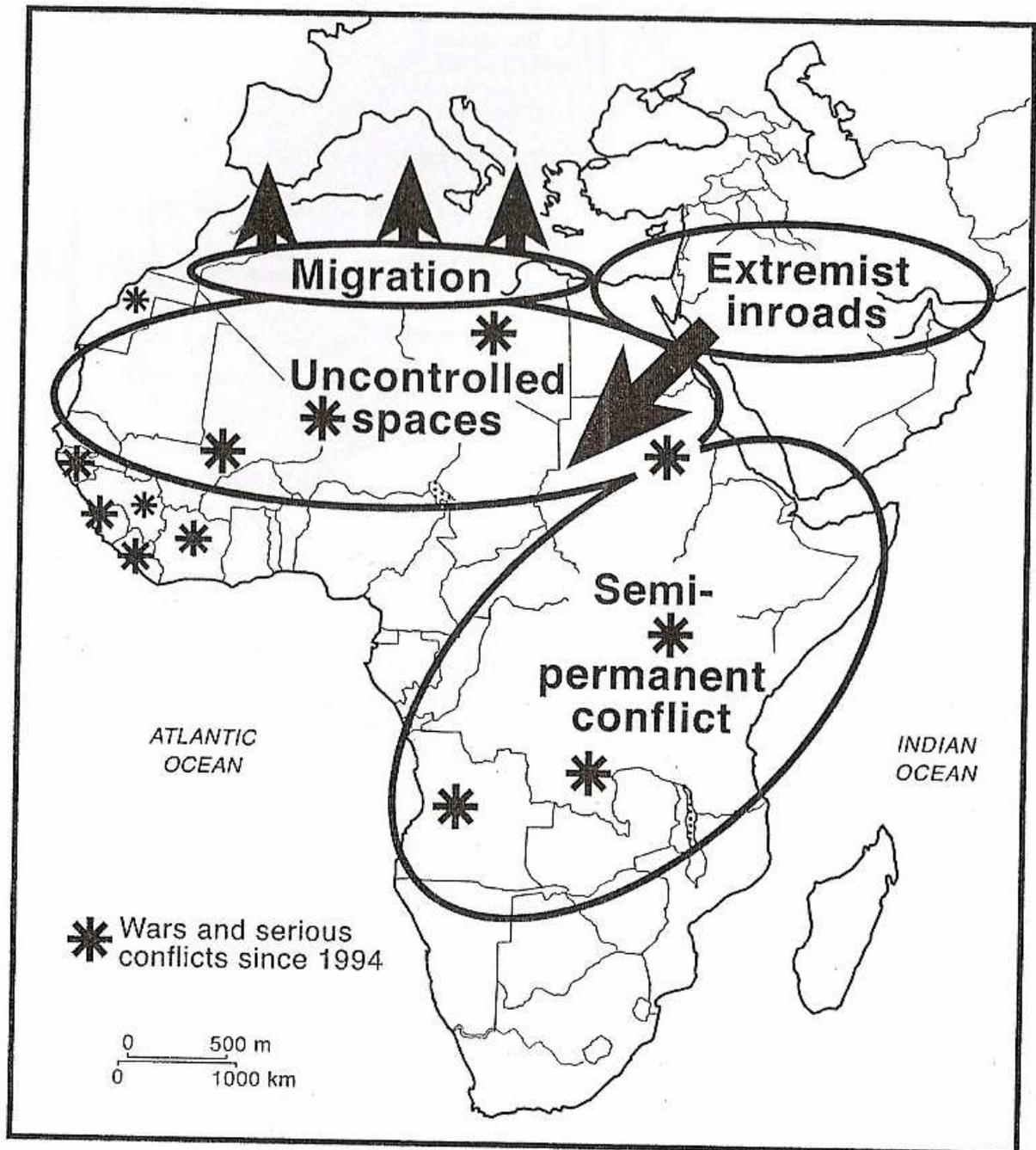
Figura 2 – Mapa político da região do Saara e do Sahel, com destaque para o Sul da Argélia, o norte do Mali e do Níger



Map 2 Sahara (west-central) and Sahel (Catherine Lawrence)

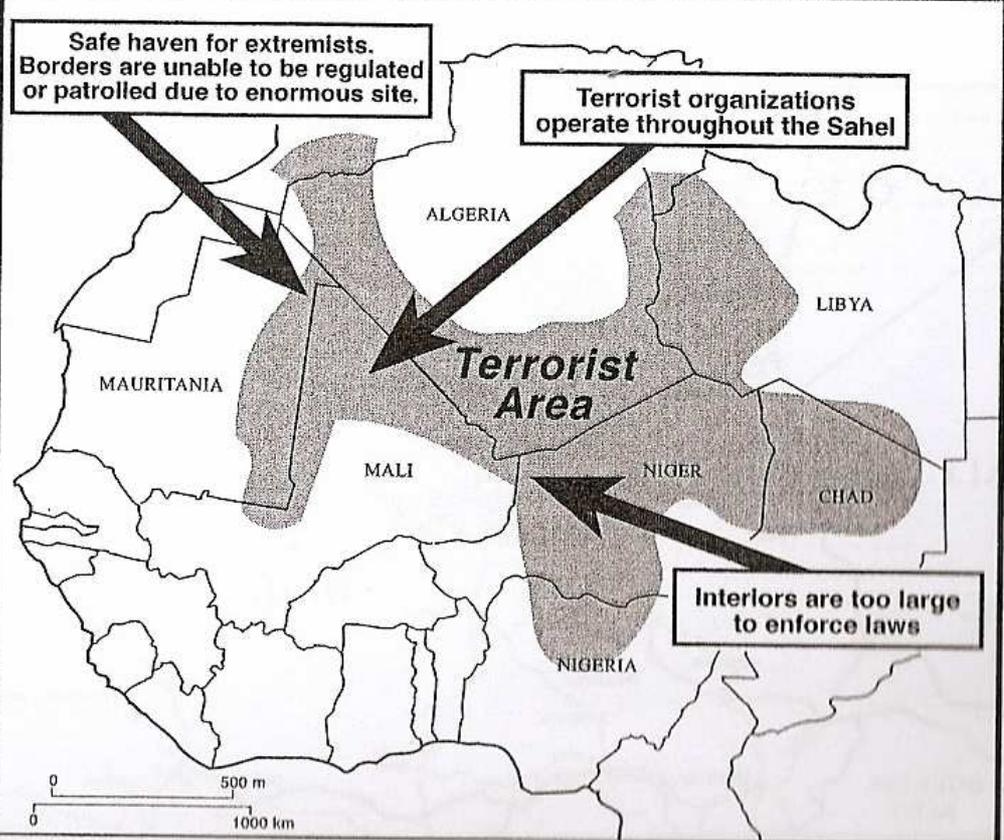
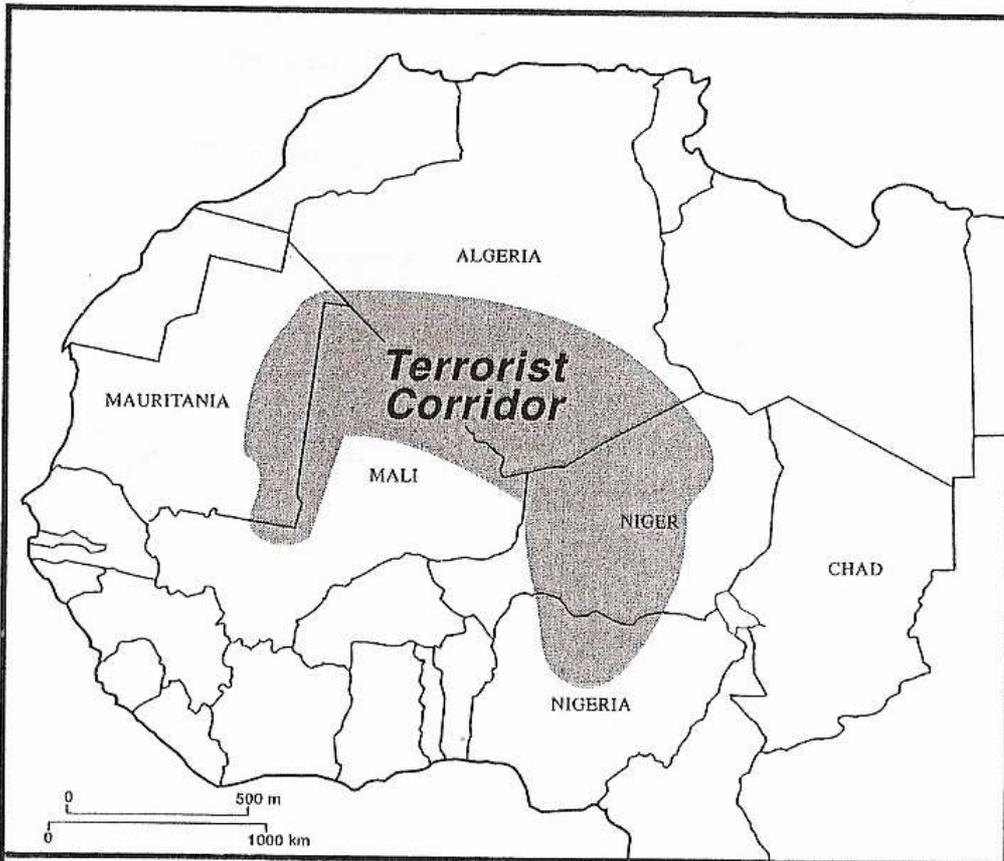
Fonte: KEENAN, 2009, p.xviii

Figura 3 – Mapas elaborados pelo Pentágono e pelo EUCOM, representando a África, para a justificativa de expansão do PSI para o TSCIT.



Map 4a War and serious conflicts since 1994

Fonte: KEENAN, 2009, p.xix.



Map 4b The Pan-Sahel Initiative (PSI)

Map 4c The Expanded Terrorist area – Pan-Sahel Initiative: Intrinsic Forces

